

Márcio Alexandre Barbosa Lima

“Mentira, dominação e sociabilidade:
contribuição ao estudo da mentira na vida cotidiana”

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de Sociologia do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Estadual de Campinas sob
a orientação do Prof. Dr. Josué Pereira da Silva

Este exemplar corresponde à
redação final da dissertação
defendida e aprovada pela
Comissão Julgadora em 22/08/2003.

Banca

Prof. Dr. Josué Pereira da Silva (orientador) - Unicamp

Prof. Dr. Fernando Antonio Lourenço - Unicamp

Prof. Dra. Myrian Sepúlveda dos Santos - UFRJ

Suplente: Prof. Dr. Rubem Murilo Leão Rego - Unicamp

Agosto de 2003

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	TI UNICAMP
	L628m
V	EX
TOMBO BC/	70173
PROC.	16.123-06
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	\$11
DATA	16/10/06

318 ID: 388604

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA CENTRAL DA UNICAMP

L628m

Lima, Márcio Alexandre Barbosa.

Mentira, dominação e sociabilidade : contribuição ao estudo da mentira na vida cotidiana / Márcio Alexandre Barbosa Lima. – Campinas, SP : [s.n.], 2003.

Orientador : Josué Pereira da Silva.

Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Mentira – Aspectos sociais.
 2. Sociabilidade.
 3. Alienação (Psicologia social).
 4. Interação social.
 5. Marginalidade social.
 6. Poder (Ciências sociais).
- I. Silva, Josué Pereira da. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
III. Título.

Ao meu pai
Antonio Barbosa Lima

Resumo

A partir da análise de entrevistas com pessoas que relataram casos de mentiras contadas a elas ou por elas, identificamos o uso da mentira como uma estratégia de resistência e, ao mesmo tempo, de adaptação às situações de dominação.

A mentira foi entendida como expressão de uma consciência social incapaz de, através do seu uso, transformar as condições sociais contra as quais os indivíduos que dela se utilizam estão em luta. Ao contrário, concluímos que seu uso reproduz a lógica de dominação contra a qual tenta resistir.

Abstract

Based on the analysis of interviews with people that have related cases in which a lie was told to them or by them, we identified the use of lying as a strategy of resistance and the same time an adaptation to situations of domination.

Lying was understood as an expression of a social conscience incapable of changing the social conditions that, those who are lying, are trying to fight against. On the contrary, we concluded that its use reproduces the logic of the domination that one tries to resist.

Sumário

Apresentação	05
Capítulo 1 – Uma sociologia da mentira é possível?.....	10
Mentir é pecado ?.....	14
Mentir é doença.....	18
Mentir é resistência.....	23
Capítulo 2 – As mentiras e os mentirosos no imaginário popular.....	31
A mentira como uma arte ou as histórias de Alexandre....	33
O encontro entre a arte e a estratégia.....	41
A mentira como arma dos subalternos ou a história de Cancão de Fogo.....	42
“Tá errado, mas tá certo!”A dialética da moral popular...47	
Capítulo 3 – Dominação e resistência: a mentira enquanto estratégia dos dominados.....	56
Mentiras contadas entre amigos.....	58
Mentiras contadas em situações de conquista amorosa....	60
Mentiras contadas dentro do casamento.....	63
Mentiras contadas em situações familiares.....	64
Mentiras contadas no trabalho.....	66
Mentiras contadas em situações comerciais.....	67
Mentiras contadas para instituições.....	68

Descobrimo uma mentira.....	70
Somos todos mentirosos.....	80
Sociabilidade e dominação.....	93
Considerações finais – A perna curta da mentira.....	99
O pecado e a virtude.....	101
Conclusão.....	102
Bibliografia.....	109

Agradecimentos

Este trabalho não seria o mesmo sem a participação dos entrevistados que confiaram no pesquisador e relataram abertamente, sem medo de se comprometer, situações em que mentiram ou foram enganados. Agradeço a todos pela confiança e disposição em participar das entrevistas.

A primeira vez que estudei a mentira enquanto problema sociológico foi em 1996, na disciplina “Sociologia da Vida Cotidiana”, ministrada pelo professor José de Souza Martins. Agradeço a ele pela inspiração do tema, isentando-o de qualquer responsabilidade sobre as conclusões aqui apresentadas, apesar do constante diálogo que o trabalho mantém com seus textos.

Agradeço aos colegas e professores do Centro de Estudos Rurais e Urbanos (CERU), especialmente à professora Zeila de Brito Fabri Demartini, cuja experiência transmitida foi fundamental na produção das entrevistas.

Agradeço aos colegas Jose Henrique Artigas de Godoy e Fernanda Lucchesi pelos comentários e indicações bibliográficas preciosas. Aos professores Fernando Antonio Lourenço e Rubem Murilo Leão Rego, cuja generosidade intelectual proporcionou muitas das conclusões deste trabalho. À Andréa Marques, pela revisão ortográfica e gramatical.

Esta dissertação não seria possível sem o apoio material da Capes e sem a paciência e compreensão do professor Josué Pereira da Silva, a quem agradeço a oportunidade de trabalhar conjuntamente.

Apresentação

A palavra mentira vem do latim *mentice* e quer dizer imaginar, inventar. Nossa capacidade de inventar, e aquilo sobre o que inventamos, define-se em função das relações sociais que estabelecemos e daquilo que consideramos relevante dentro da realidade social em que vivemos. A mentira, se analisada em seus aspectos históricos e sociológicos pode vir a ser um instrumento para a compreensão das formas de sociabilidade encontradas na vida cotidiana.

O presente texto apresenta ao leitor uma possível interpretação do uso da mentira na vida cotidiana, relacionando à dominação. A perspectiva metodológica que orientou este trabalho privilegiou o estudo de mentiras contadas, em determinadas situações, por indivíduos pertencentes a grupos sociais dominados política e culturalmente.

Os casos de mentiras que serão citados são provenientes da literatura, da história e de entrevistas realizadas com pessoas que mentiram ou foram vítimas de mentiras em situações face-a-face. As entrevistas apresentadas no terceiro capítulo, foram o fio condutor de toda a análise, pois elas explicitaram a relação político-identitária existente no ato de acusar alguém de ter mentido, e sendo reveladoras, em termos sociológicos, das relações de dominação e conflito na sociedade brasileira.

A mentira pressupõe a intenção de induzir ao erro, de ludibriar. Consideramos relato passível de ser estudado todos aqueles em que o narrador interpretar ter havido a intenção de enganar. Para compreender as relações envolvidas na situação narrada, analisamos os motivos que o entrevistado ofereceu para a ocorrência da mentira naquele momento e naquela situação.

Alguns relatos narram uma mentira contada pelo próprio narrador. Outros narram uma mentira contada por uma outra pessoa. Em geral, no primeiro grupo de relatos, a mentira é contada de maneira heróica. Já no segundo grupo, as mentiras são reprovadas..

É importante deixar claro que equívocos, omissões e fantasias não serão considerados mentira por este trabalho. Por exemplo, alguém pode perguntar a uma pessoa onde fica determinada rua e ela, acreditando saber sua localização, pode responder erroneamente. Se o narrador interpreta a resposta incorreta como um equívoco, a situação não será analisada por esse estudo.

Não serão estudados ainda os casos em que a pessoa omite uma informação de seu interlocutor. Se o narrador conta que encontrou o marido de sua colega com outra mulher e não a informou, esta pessoa não mentiu.

Também não serão analisados relatos de situações consideradas fantasiosas pelo narrador. As entrevistas foram realizadas com pessoas de ambos os sexos e idades variadas. Não foram entrevistadas pessoas com menos de 16 anos.

Um aspecto observado nos relatos foi o julgamento moral do narrador a respeito da mentira. Outro aspecto sociologicamente relevante nas entrevistas é analisar se uso da mentira representa resistência à dominação ou legitimação desta.

Quando um jovem, para impressionar uma garota, diz que é filho do dono da Johnson & Johnson e que possui um carro importado, ele pode simplesmente ser considerado um alienado, vítima da ideologia dominante que valoriza o consumo? Ou há por trás dessas mentiras uma estratégia política que visa justamente inverter esta lógica? Até que ponto podemos afirmar que a mentira é a manifestação de uma consciência alienada? Não poderia ser a manifestação de uma consciência crítica que engana seus

dominadores, utilizando como arma o próprio discurso deles? É a mentira um instrumento de luta capaz de transformar a realidade social daquele que a utiliza?

No primeiro capítulo apresentaremos a análise do julgamento moral do uso da mentira ao longo da história. Mostraremos como, em muitos casos, ela é associada à doença e ao pecado. Faremos isso através do estabelecimento da relação entre o conteúdo da análise das entrevistas, no qual identificamos o aspecto político do uso da mentira, e os casos históricos apresentados neste capítulo.

O segundo capítulo apresentará uma tipologia da mentira utilizando personagens da cultura popular para construir e exemplificar os tipos ideais de mentiroso. Analisamos personagens da literatura de cordel, oriunda da tradição oral, e de outros autores cujo teor do trabalho também está diretamente relacionado à cultura popular, tais como Ariano Suassuna e Graciliano Ramos.

Ao analisarmos os casos de mentiras contadas nos termos de personagens como Canção de Fogo ou João Grilo, estaremos indiretamente discutindo uma diversa forma de consciência social que, mostraremos mais tarde, remete a relações de dominação.

O terceiro capítulo trará o conteúdo das entrevistas realizadas para este trabalho, a descrição da situação em que ocorreu a mentira, a identificação dos personagens envolvidos na história e a análise dos motivos apresentados pelo narrador para o uso da mentira. A análise baseou-se primordialmente em autores fenomenológicos e interacionistas. Focamos casos de mentiras e de mentirosos que se assemelham às mentiras contadas por Cancão, João Grilo, aqui tipificadas como *mentiras de malandro*.

Capítulo 1 - Uma sociologia da mentira é possível ?

A mentira não é propriamente um tema novo nas ciências humanas. Filósofos e teólogos como Tomás de Aquino, Santo Agostinho, Pascal, Calvino, Grutius e outros abordaram-na de diversas maneiras em suas obras. Há pensadores que posicionam-se terminantemente contra o uso da mentira. Há outros que justificam racionalmente a conduta mentirosa em determinados casos. Se não a mentira, pelo menos a reserva mental ou a evasão. Muitos deles buscaram determinar até que ponto é válido defender publicamente sua fé em algo, mesmo sabendo-se que se estará sujeito a uma punição. Cada um deles, de acordo com as circunstâncias políticas em que se encontrava defendeu ou condenou o uso da mentira para acobertar suas convicções filosóficas políticas ou religiosas.

Não podemos imaginar uma sociedade em que a mentira não exista, na qual toda a verdade é dita para todos, em todas as situações. Para Nietzsche, a mentira é uma necessidade para que possamos viver e superar a aspereza da realidade. Para Simmel, ela é parte estrutural de todo e qualquer processo comunicativo, uma vez que os interlocutores jamais saberão tudo o que se passa na cabeça uns dos outros (Simmel,1986:368). Ou seja, ela é inerente aos processos comunicativos.

Apesar disto, também não podemos imaginar uma sociedade na qual não possamos confiar em ninguém, em que todos sejam suspeitos e qualquer afirmação possa ser falsa.

Como deitar-se numa mesa de um centro cirúrgico sem confiar¹ no médico que fará a operação? Como embarcar num vôo sem confiar na capacidade do piloto?

O tema tratado nesta dissertação é parte integrante da vida cotidiana e pode, por isso, ser considerado por muitos insignificante, banal e de pouca importância. Ou seja, um resíduo sem qualquer valor sociológico ou histórico.

Na verdade, ao tratar da mentira na vida cotidiana busco mostrar justamente o contrário. A mentira pode ser reveladora da forma como fazemos história sem saber que a fazemos, pode ser reveladora da maneira como se manifesta a consciência alienada dos homens na modernidade.

Quando Marx afirma que devemos partir dos homens em suas relações reais, ele nos dá a chave para compreendermos o cotidiano enquanto espaço da práxis (Lefebvre, 1991). A análise sociológica do cotidiano deve justamente buscar o sentido histórico e político que há nele.

Parte da descrença nesse campo de análise deve-se, talvez, ao fato de historicamente a sociologia ter-se pautado por uma dualidade de perspectiva. Muitos sociólogos privilegiaram as estruturas, os sistemas, as externalidades em detrimento da capacidade de ação dos indivíduos. Outros sociólogos privilegiaram a subjetividade, a análise microssociológica, os processos internos de compreensão dos significados e da ação, deixando de lado as macroestruturas. (Tedesco, 1999:23).

Uma sociologia do cotidiano busca estabelecer as ligações entre as estruturas e sistemas que regulam nossa vida resgatando, ao mesmo tempo, o sujeito enquanto agente histórico.

¹ A importância da confiança foi discutida por Guiddens, que a coloca como um dos pontos fundamentais da modernidade.

No entanto, como afirma Lefebvre, "*O cotidiano, no mundo moderno, deixou de ser "sujeito"(vivo de subjetividade possível) para se tornar "objeto"(objeto de organização social) (..) O cotidiano torna-se objeto de todos os cuidados: domínio da organização, espaço-tempo da auto-regulação voluntária e planificada. Bem cuidado, ele tende a construir um sistema com um bloqueio próprio (produção - consumo - produção). Ao se delinear as necessidades, procura-se prevê-las, encurrala-se o desejo. (...) nesse sentido, a cotidianidade seria o principal produto da sociedade dita organizada, ou de consumo dirigido, assim como sua moldura, a modernidade"* (ibid.:82)

O momento referencial de sua discussão está entre as décadas de 1950 e 1960. Comparando os acontecimentos anteriores a este período com as transformações pelas quais nossa sociedade passou, Lefebvre a define como uma sociedade burocrática de consumo dirigido, "*marcando seu caráter racional, bem como os limites da sua racionalidade (burocrata); o objeto que ela organiza (o consumo no lugar da produção) e o plano sobre o qual dirige seus esforços: o cotidiano"*(ibid.:68).

Segundo o autor, na década de 60 há o desengate entre o significante e significado, decorrência das transformações da linguagem. A mensagem não mais se reconstrói livremente, isto é, não há mais referenciais sólidos comuns. Essa falta de referencial agrava-se à medida que o discurso se mistura à imagem: um sendo significado do outro. "*A imagem traz um campo de significações (de significantes) muito vasto, sempre incerto e múltiplo, que só o discurso pode dizer (mudar em significado), enquanto ele mesmo flutua no espaço"*(ibid.:128).

Na prática, os objetos se tornam signos e os signos tornam-se objetos, uma segunda natureza substitui a realidade prático-sensível. Os objetos passam a ter uma dupla realidade: real e imaginária.

Quando os problemas e conflitos da cotidianidade não são passíveis de solução, eles terminam por avançar no imaginário. Entre a prática e a imaginação existe o que Lefebvre denomina de "investimento", isto é, as pessoas projetam seus desejos sobre este ou aquele objeto ou atividade e isto termina por conferir ao dito objeto ou atividade uma existência real e imaginária "(...) *um certo número de objetos transpõe o limiar que separa o nível prático do imaginário e se impregnam de afetividade e sonho, porque são ao mesmo tempo percebidos (socialmente) e falados*" (ibid.:99). Na cotidianidade não existe separação entre consumo de objetos e de signos, imagens e representações pois o ato de consumir é tanto fictício quanto real.

Neste processo de perda dos referenciais o que subsiste é o discurso como fundamento das relações sociais, sem critérios de veracidade ou autenticidade. "*O discurso enquanto forma de comunicação torna-se também o seu instrumento e conteúdo*"(ibid.:127) As relações ativas dos indivíduos e grupos sociais são substituídas por relações baseadas na comunicação formal. Eleva-se meio a fim, forma a conteúdo.

O que subsiste como real é apenas o discurso colado às imagens, que se constrói sob bases que diferem do prático sensível. O discurso e a imagem substituem as relações reais por relações de comunicação formal.

Desta forma, podemos observar que uma mentira pode não ser assim interpretada, à medida em que o discurso e a imagem substituíram o prático sensível. Desde que a imagem de uma pessoa mantenha-se coerente com sua fala, a realidade pode ser substituída por relações formais de comunicação.

Mentir é pecado?

Apesar de serem os filósofos os que mais profundamente abordaram o problema da mentira, é o escritor, Carlo Collodi, um dos autores mais lidos em todo mundo sobre este tema. Em 1881, ele escreveu *Storia de um burattino*, hoje conhecido como *As aventuras de Pinóquio* (Collodi, 2000).

Este clássico conto infantil tem mostrado a milhares de crianças em todo o mundo como a mentira pode prejudicar a vida das pessoas que amamos. Sua mensagem ideológica é mais abrangente do que apenas evitar a mentira, ela ainda defende que toda criança deve obedecer a seus pais, gostar de estudar e de trabalhar. A falta de compromisso de Pinóquio com todos esses valores é contrastada pelas atitudes de Gepeto, que chega a vender suas próprias roupas para comprar a cartilha que Pinóquio deveria levar a escola, e mais tarde, Pinóquio revende e usa o dinheiro para assistir ao teatrinho de marionetes. Pinóquio arrepende-se do que fez depois de quase ter virado carvão para assar o jantar do dono do teatro.

Mesmo arrependido de não ter obedecido Gepeto, o Grilo (sua consciência) e a Fada (protetora do boneco), Pinóquio ainda se envolveu em outras aventuras graças à sua teimosia. Caiu nas mãos do Gato e da Raposa e quase morreu enforcado num galho de carvalho. Foi salvo pela Fada, mas viu seu nariz crescer ao contar-lhe uma mentira. Foi com seu amigo Pávio à Terra dos Brinquedos e, por faltar à escola vários dias, adquiriu a febre da burrice. Quase morreu de tanto trabalhar e escapou, mais uma vez, graças à Fada.

Certamente, todas as crianças que ouviram ou leram a história de Pinóquio pensam duas vezes antes de contar uma mentira. As imagens fortes que o conto produz assustam até quem não é criança. A estrutura das aventuras é sempre a mesma: Pinóquio descumpra uma

ordem, envolve-se num perigo, mas arrepende-se dizendo que nunca mais fará nada sem a permissão dos adultos e obtém o perdão. Após esse processo de expiação, ele volta a cometer os mesmos “pecados”.

Apesar de ser o mais famoso mentiroso, Pinóquio é antes um tolo! Por várias vezes ao longo da história ele é enganado e sempre se mete em confusões devido sua ingenuidade. Além disso, como seu nariz cresce a cada mentira que conta, isso já basta para torna-lo um péssimo enganador.

Da história de Pinóquio podemos tirar elementos interessantes para compreendermos o julgamento sobre a mentira. Durante toda a história, há uma oposição entre o que o Gepeto, a Fada e o Grilo dizem para Pinóquio fazer (ir à escola, salvar Gepeto, não contar mentiras) e o desejo dele de fazer o que bem quisesse, mesmo que isto viesse a prejudicar o artesão, como de fato ocorreu. A relação estabelecida é sempre entre aprender a responsabilidade de ser um filho obediente e educado ou viver sem respeito às outras pessoas.

Enquanto não respeitar as regras estabelecidas por Gepeto e repetidas pelo Grilo, ele não se tornará um ser humano. E mais. Cada vez que desrespeitar a obrigação de não mentir, aumentarão os sinais de sua desumanidade, como seu nariz de madeira cada vez maior e cheio de galhos.

Só a partir do momento em que se inverte a relação, quando o boneco arrisca sua vida para salvar a de Gepeto, ele consegue sua humanidade. Ou seja, apenas quando Pinóquio age pensando no outro e não em si próprio, é que se torna humano. Este postulado vai ao encontro da afirmação de Durkheim (Durkheim,1983) de que só é moral a ação desinteressada de si próprio. Pinóquio torna-se humano, a partir do momento em que age moralmente.

Apesar de todos mentirmos, a condenação do uso da mentira é freqüente. As entrevistas mostram que quando uma pessoa que mente é descoberta, pode vir a ser considerada desviante, marginal. Não cabe aqui qualquer tipo de afirmação valorativa a respeito da mentira, mas o fato é que quando nos sentimos culpados por termos agido de determinada forma ou quando recriminamos outras pessoas por terem mentido, deparamo-nos com um problema ético. A escolha entre mentir ou não, envolve a adequação do comportamento às normas morais vigentes.

Num trabalho sobre o julgamento moral das crianças, Piaget (Piaget,1932) demonstra que, enquanto a criança não alcança a fase de autonomia, ela não avalia a mentira pela intenção do mentiroso, mas pela verossimilhança, pela probabilidade de existir aquilo que está sendo dito. Até aproximadamente os dez anos, a mentira é o que não é verdade, incorporando aqui os erros e os exageros. Somente quando a criança experimenta relações de respeito mútuo, como nos jogos é que ela entende a mentira como toda a afirmação que é intencionalmente falsa. Entre crianças de até aproximadamente dez anos, quanto mais a mentira se afasta da realidade, mais a criança entende a mentira como algo errado². Depois desta fase, os motivos que levaram a pessoa a mentir é que determinarão o julgamento moral do uso da mentira.

Mentir é uma doença?

² Piaget apresenta a reação de crianças de até dez anos a duas histórias diferentes para discutir a transformação do julgamento sobre a mentira. No primeiro caso, ele apresentou para as crianças participantes de sua pesquisa, a história de uma criança que mente a respeito do tamanho do cachorro que encontrou na rua. No segundo, uma história sobre uma criança que mentiu para sua mãe a respeito de elogios feitos pela professora ao seu trabalho, elogios que nunca existiram. Nesta fase, o exagero é mais sério que a intenção da mentira propriamente dita. Isso significa que o cachorro grande é uma mentira de maior gravidade do que a mentira da garota para sua mãe. O julgamento da gravidade da mentira é uma relação com o grau de probabilidade daquilo vir a acontecer.

Há, por parte dos entrevistados, pelo menos duas explicações para o fato de existirem pessoas mentirosas em nossa sociedade. A primeira delas associa mentira à doença, à patologia, como se aquele que mentisse fosse uma pessoa com problemas psicológicos e que necessita de tratamento. Esta idéia fica clara nos trechos abaixo:

- “(...) Pra chamar a atenção. Ela era muito menor que a turma dela, ela era muito criança ainda...(...) *Muitas histórias de chamar a atenção, de criar um mundo porque o dela devia ser uma porcaria.*”
- “(..) *Eu acho que ele tem alguma paranóia do passado, alguma coisa. Eu conheço ele desde pequeno, eu acho... aquele carinha que ambiciona ter mais coisas, assim, e não consegue. Nada dá condições para ele, mas só que ele tem que manter aquela postura dele, né.*”
- “(...)Aí eu acho que é uma questão... uma questão do eu da pessoa. *Eu acho que é um comportamento... de não ser uma pessoa segura, tá?. Isso vem já de criação, talvez. O erro do pai... o comportamento dos pais de não ter com os filhos quando pequenos aconselhar, cuidar bem dessa parte. Então às vezes são problemas que vêm já de criança e não são corrigidos quando há tempo, isso o torna uma pessoa falsa. Porque o mentiroso é um elemento falso. Ele tange a verdade, então eu acredito que é um problema de criação, de constituição do ser humano.*”

Os motivos acima citados por alguns entrevistados, tendem a tratar o mentiroso como uma pessoa com problemas psicológicos. O mais interessante é que alguns dos entrevistados que apresentaram estes “diagnósticos” também relataram casos em que eles mesmos mentiram em situações semelhantes, mas desta vez não trataram a questão de maneira negativa. Ao contrário, contaram a mentira de forma heróica. O fato do narrador do relato ser a pessoa que mentiu ou a pessoa que foi enganada é determinante no julgamento que ela fará do ato de mentir. Ou seja, o que nos outros é doença, com eles é esperteza!

Segundo Robert Merton (apud Velho:1999), a sociedade geraria uma pressão favorável ao comportamento socialmente desviado. O autor analisou como a estrutura social e cultural produziria essa situação. Ele aponta a desorganização de normas e valores como o que torna o ambiente social propício ao aparecimento destes comportamentos desviantes. Ao longo prazo, essa disfunção da sociedade poderia também gerar novos comportamentos no lugar dos antigos e a sociedade voltaria sempre ao seu estado normal de equilíbrio.

A leitura de Merton sobre o desvio pressupõe o fato de que em algum momento a sociedade esteve em harmonia e que surgiram comportamentos desviantes que poderiam ou não tornar a sociedade disfuncional. Esta interpretação acaba por separar o indivíduo de toda a estrutura social, como se a realidade individual fosse independente da cultura e da sociedade (Velho,1999:15).

Mas, se aquele que afirma que não se deve mentir é o mesmo que mente e que ouve mentiras, não podemos pensar a regra de “não mentir” separada do ato individual de contar mentiras. Da mesma forma, que não podemos pensar estas regras funcionando homogeneamente na sociedade.

Segundo Velho (*ibid.*:21), os indivíduos e subgrupos fazem leituras particulares de sua cultura, em função de características próprias e, portanto, não podemos falar em pessoas com condutas desviantes, mas sim com leituras diferentes de uma mesma situação.

A mentira enquanto desvio social “(...) *não depende da natureza do ato mas do que as outras pessoas fazem em relação a ele*”. É muito mais uma relação política do que um problema social ou de saúde mental e está diretamente relacionada à questão da identidade (Becker,1977). Mentir e ser acusado de ter mentido envolve relações de dominação e de identidade.

Para Becker, o desvio não advém de fatores da personalidade ou da situação de vida dos transgressores, mas é resultado do processo de interação entre o sujeito acusado e o grupo. “*São os grupos sociais que criam o desvio ao construírem suas regras de comportamento, principalmente pelo fato de existir alguém que denuncie a transgressão*”. Para Becker, o desvio é a consequência da aplicação por outras pessoas de regras e sanções a um transgressor (*ibid.*:69).

Nas entrevistas, nós ouvimos pessoas que acusaram outras de terem mentido e também pessoas que foram acusadas de mentir. Em ambos os casos analisamos os motivos oferecidos pelo narrador para a mentira ter ocorrido. Ao compararmos as diferentes perspectivas, encontraremos diferentes julgamentos sobre o ato de mentir.

Outro ponto salientado por Becker é o fato de que o descumprimento de uma norma não necessariamente ocorre devido a rejeição dela por parte do transgressor. Muitas vezes uma regra é descumprida porque conflita com uma outra regra, considerada mais importante pelo transgressor.

Um interessante caso sobre normas conflitantes é a mentira contada por Beto a um de meus entrevistados. Pitolomeu³ trabalhava no corte de cana de açúcar e veio do nordeste para São Paulo à procura de emprego. Quando aqui chegou, trocou de nome e passou a se chamar de Beto. Quando precisou tirar um documento de identificação e pediu que o entrevistado o acompanhasse, acabou revelando seu verdadeiro nome.

Ao ser questionado do porque se intitulava Beto, ele respondeu ao entrevistado “*que tinha vergonha de seu próprio nome, porque aqui no sul ninguém se chamava Pitolomeu. Todo mundo chamava Roberto, essas coisas da televisão*”.

O encontro de duas culturas diferentes se cristaliza como o desencontro de duas normas sociais. Em sua terra natal, Pitolomeu não se envergonhava do próprio nome, uma vez que não havia conflito entre ser e um suposto dever-ser. O conflito surge no momento que Pitolomeu entre em contato com uma nova ordem social.

Não haveria nada de mais ou de menos em se chamar Pitolomeu, mas como “*essas coisas da televisão*” se impõem como padrão de comportamento e consumo, é o poder da vergonha (Heller,1995) que o faz mentir e sua mentira caracteriza-se como uma estratégia de adaptação à cidade e de auto-preservação.

Pitolomeu envergonha-se porque a norma interiorizada no processo de socialização, que começa com saber pronunciar o próprio nome, não é a mesma norma da cidade. Prevendo a discriminação e ao mesmo tempo reconhecendo sua desigualdade (veja que não falamos em diferença, pois, caso assim fosse ele não mudaria de nome), Pitolomeu mente para se preservar da vergonha de não corresponder ao padrão da cidade grande.

Quando se reconhece a validade de uma norma social, mesmo não se concordando com ela, o medo da vergonha faz com que evitemos transgredi-la. E se a transgredimos,

³ Todos os nomes de entrevistados e dos relacionados por eles como mentirosos são fictícios.

fazemos de tudo para esconder o fato, até usar de outra transgressão. Sentir vergonha de ser o que se é, quando o que se é está em desacordo com o que nos é estabelecido, implica no reconhecimento e na legitimação do estabelecido. E este é um dos elementos fundamentais para compreendermos a mentira.

Mentir é resistência

A maioria das pessoas se espanta ou acha engraçado a mentira ser tema de um trabalho sociológico. Será que um objeto tão banal pode ser relevante sociologicamente? Espero, ao final do trabalho, ter mostrado esta relevância e ter deixado claro a relação da mentira com a dominação e o poder.

O poder não será entendido aqui apenas como poder do Estado, uma vez que ele pode emergir nos momentos e situações mais restritos da vida social. Em diversas ocasiões, somos possuidores de determinados poderes, ao mesmo tempo em que eles são exercidos sobre nós. E se o poder não se resume ao poder macroestrutural, se ele existe em todas as relações sociais, então, poderemos também identificar diversas formas de resistência ao seu exercício, nas mais diversas situações cotidianas.

Não é apenas através da força física que o poder se manifesta, existe aquilo que Bourdieu chama de poder simbólico, um poder que se exerce de forma invisível e que só é possível porque há *“a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”* (Bourdieu,2000:8). É um poder reconhecido, legitimado e que

não é visto como arbitrário e que se define na relação entre os que o exercem e os que estão sujeitos a ele, aceitando-o como legítimo⁴.

Neste trabalho postulo que é possível pensar a mentira como uma forma de resistência e ao mesmo tempo de adaptação ao poder que é exercido sobre nós nas mais diversas situações que enfrentamos em nosso dia-a-dia. No ato de mentir podemos observar uma forma diferente de consciência social, que não se organiza em partidos políticos ou sindicatos, mas que consegue algumas vitórias, não sobre o sistema, mas sobre as pessoas que o personificam. (Da Matta,1997)

Na maioria dos relatos coletados nas entrevistas a pessoa que mentia encontrava-se na condição de subordinado. Apesar da mentira não ser exclusividade dos que se encontram nesta condição, foram apenas estes que admitiram ao pesquisador ter mentido algum dia.

Não encontramos médicos, policiais, empresários ou professores que admitiram ter contado qualquer tipo de mentira. Talvez entre os pares, eles admitam suas transgressões, porém, para um sociólogo não o fizeram. No entanto, sabemos que médicos mentem a seus pacientes, policiais mentem para suspeitos e presos, assim como professores mentem para alunos. O problema é encontrar-se na condição de defensor (“ter uma imagem a zelar!”) da ordem social, seja ela qual for, e ao mesmo tempo reconhecer-se transgressor da mesma, pois não são apenas os subordinados que se encontram na condição de transgressores, eles apenas mais comumente afirmam publicamente suas transgressões e constroem a legitimidade de seus atos.

⁴ Para Max Weber, poder significa a probabilidade de impor a própria vontade. No entanto, para autor, este conceito é sociologicamente amorfo e, por isso, ele analisa o conceito de dominação, que significa a probabilidade de que um mandato será *obedecido* (Weber, 1964:43). No entanto, neste trabalho trataremos os dois conceitos como sinônimos.

Toda situação em que a dissidência religiosa, política ou filosófica é reprimida propicia a utilização da mentira como uma forma de auto-preservação. A mentira possui um significado histórico que serve como parâmetro para refletirmos sobre este trabalho. Fingir uma falsa conformidade com a religião oficial foi uma prática comum durante os séculos XVI e XVII na Europa. O período da Reforma e da Contra-Reforma é considerado por Zagorin (Zagorin,1996:905) como a era da dissimulação. Cristãos heréticos, judeus marranos, protestantes e católicos tiveram que dissimular sua fé religiosa para sobreviverem a um período no qual a dissidência religiosa significava perigo de morte.

Apesar das inúmeras passagens bíblicas nas quais se condena o uso da mentira, como: *“Os lábios sinceros permanecem sempre constantes, a língua mentirosa dura como um abrir e fechar os olhos. (...)Os lábios mentirosos são abominação para o Senhor, mas os que procedem com fidelidade agradam-lhe (Provérbios:12:19,22). “A mentira é no homem uma vergonhosa mancha, não deixa os lábios das pessoas mal educadas. Mais vale um ladrão do que um mentiroso contumaz, mas ambos terão a ruína como partilha. O comportamento do mentiroso é aviltante, sua vergonha jamais o abandonará” (Eclesiástico 20:26-28). “O homem acostumado a dizer palavras injuriosas jamais se corrigirá disso (Eclesiástico 23:20). “Não levantarás falso testemunho contra teu próximo” (Exôdo:20:16, Deuteronômio:5:20, Mateus 10:19), alguns teólogos encontraram justificativas baseadas na bíblia e que os autorizavam a mentir em determinadas situações.*

Assim, a doutrina da dissimulação religiosa dá sustentação à prática da dissimulação da fé. No sul da Europa do século XIV, existiram os Vaudois, uma comunidade cristã oposta à riqueza e ao poder da igreja católica. Eles possuíam seus ritos clandestinos ao mesmo tempo em que freqüentavam as missas católicas. Quando eram questionados pelos inquisidores sobre esses ritos, utilizavam-se de respostas evasivas ou professavam acreditar

em qualquer coisa que o inquisidor quisesse que eles acreditassem (*ibid.*:876). Como não acreditavam na transubstanciação, quando lhes mostravam o pão sagrado e lhes perguntavam se era o corpo de cristo, respondiam que sim, mas mentalmente referiam-se ao seu próprio corpo.

Na Inglaterra do Século XVI, os Lollards foram os primeiros cristãos a defenderem uma interpretação livre da bíblia. Também recebiam a comunhão católica e afirmavam mentalmente estar comendo apenas pão. Um dos seus fundadores John Purvey, escreveu instruções sobre como os fiéis deveriam responder às interrogações episcopais. Se alguém lhes perguntasse se acreditavam na Igreja, deveriam dizer que sim, compreendendo com isto que acreditavam na existência do homem, o templo de Deus (*ibid.*:878).

Também os judeus espanhóis tiveram que dissimular sua fé para poderem sobreviver em território espanhol depois de 1492, quando todos os judeus que não se converteram foram expulsos ou mortos. Os que ficaram eram conhecidos como cristãos novos ou judeus marranos. Esses sobreviventes ‘convertidos’ tiveram que praticar os ritos judeus escondidos. Da mesma forma que católicos sob governos protestantes tiveram que dissimular sua fé como preço da sobrevivência, os protestantes em governos católicos também o fizeram.

Os muçulmanos, através da doutrina Takiya, também admitiam o encobrimento e a dissimulação da convicção religiosa quando confrontados com o perigo de morte. (*ibid.*:868). Todos esses grupos encontravam uma justificativa teológica para sua prática. Os muçulmanos xiitas a encontraram no Alcorão, os judeus no Antigo Testamento e os cristãos na Bíblia.

Ester, que salvou os judeus da destruição, escondeu sua identidade judaica quando se tornou esposa do rei (Ester 2:10). Escondendo sua verdadeira fé, ela tornou-se um

exemplo para os marranos. Além deste caso, os judeus utilizavam um trecho da epístola de Jeremias que distinguia aparência exterior e intenção interior. Neste trecho o profeta disse para seu povo que quando se ajoelhassem para os ídolos eles deveriam dizer em seu coração “(...) *“É somente a vós, Senhor, que devemos adorar”* (Baruc 6:5).

Entre os cristãos, vários exemplos bíblicos eram utilizados para justificar a dissimulação da verdadeira fé. Jacó fez passar-se por seu irmão Esaú para receber as bênçãos de seu pai Isaac (Gênesis 27:19). Abraão escondeu que Sara era sua esposa quando foi ao Egito, fugindo da fome, mandando-a dizer que era sua irmã. (Gênesis 12; 11:13).

Mas o principal exemplo utilizado é o caso no qual Pedro fingiu estar de acordo com os preceitos da lei judaica, visando converter os judeus: “Para os judeus fiz-me de judeu a fim de ganhar os judeus” (Cor 9:20). E o caso do soldado Naaman, que tinha lepra e foi curado por Elias. Como retribuição jurou nunca mais adorar outro Deus senão o de Israel. Entretanto, pediu ao profeta permissão para acompanhar seu rei e ajoelhar-se com ele dentro do templo do Deus Remon e o profeta permitiu. (II Reis 5; 17:19).

A doutrina da dissimulação entre os cristãos, assim como entre os judeus, baseou-se na distinção entre língua e coração. A idéia por trás da doutrina é que a língua pode ser falsa se guardar a verdade no coração. Segundo Pope Gregory (*apud Zagorin,1996*), defensor da dissimulação entre os católicos do século XVI, entre os homens o coração é julgado pelas palavras, mas para Deus as palavras são julgadas pelo coração (*ibid.:873*).

Todas essas racionalizações buscavam justificar o uso da dissimulação por fiéis em governos contrários a sua fé. Mas há também os que condenam a mentira em qualquer situação. João Calvino, assim como Santo Agostinho e Tomás de Aquino eram veementemente contrários a qualquer uso da mentira e a qualquer tentativa de justificá-la através de exemplos bíblicos. Para os dois últimos, isso desonraria os mártires que

morreram em nome do evangelho e também destruiria a autoridade dos livros sagrados, fazendo deles um precedente para mentir. Para Calvino, Deus deveria ser adorado em corpo e alma, pois aqueles que escondem sua fé estão em pecado. Para ele, a glória de Deus é mais preciosa do que nossa vida na terra (*ibid.*:893) e se os apóstolos tivessem dissimulado sua fé, o cristianismo não teria jamais existido.

Enquanto uns defendem a distinção entre o coração e a língua, separando aquilo que se fala da boca para fora daquilo que realmente se está pensando (“É somente a vós, Senhor, que devemos adorar”), outros contestam essas leituras da bíblia dizendo que as passagens não devem ser lidas literalmente, pois a Bíblia é cheia de metáforas e figuras de linguagem, o que para um ignorante parece ser mentira é, na verdade, uma metáfora.

No entanto, podemos traçar um paralelo entre as diferentes opiniões e a conjuntura política em que o pensador estava inserido. Notaremos que os que defendem a verdade a qualquer preço estão numa guerra explícita contra a religião oficial, enquanto que os segundos, os que defendem a doutrina da dissimulação religiosa, encontram-se em condições desiguais de luta. Entre os católicos ingleses que viveram sob o domínio da Rainha Elisabeth (1558), encontramos quem buscase justificar sua dissimulação religiosa utilizando-se do caso de Naaman, pois Elias permitiu que o soldado seguisse seu rei já que ele não estava adorando outro Deus, mas apenas servindo a seu rei. Assim também encontramos protestantes justificando sua prática em governos católicos, como os Lollards acima citados. Ou seja, a conjuntura política em que se encontra o teórico religioso é determinante no momento dele condenar ou justificar o uso da dissimulação. Ao que parece, na vida cotidiana não é muito diferente. E este trabalho encontrou a mesma separação e justificativas semelhantes para o seu uso.

As mentiras e os mentirosos no imaginário popular

*“O branco tem planos,
o negro tem truques;
para cada plano do branco,
o negro tem dois truques”
(dito popular dos escravos norte americanos,
apud Scott,2000)*

Uma das dificuldades ao abordar o tema da mentira é sua universalidade. Podemos encontrá-la nas mais diversas culturas espalhadas no espaço e no tempo, assim como nos mais diferentes tipos de situação. Todavia, estruturalmente, podemos encontrar semelhanças em várias situações. Buscaremos neste trabalho situar as mentiras e os mentirosos de modo que sua universalidade restrinja-se a situações face-a-face, ou seja, abordaremos apenas mentiras contadas por uma pessoa em contato direto com seu interlocutor.

Outro recorte necessário foi a separação das mentiras contadas na esfera pública daquelas realizadas na esfera privada, em nossos relacionamentos pessoais, com pessoas que conhecemos e que nos relacionamos diariamente. Nos não analisaremos mentiras contadas pelo Estado em períodos de guerra, pelos políticos em períodos eleitorais ou mesmo pela publicidade na televisão, e sim aquelas mentiras contadas a pessoas próximas: por maridos às esposas, empregados aos patrões, filhos aos pais, entre amigos e vizinhos.

A fim de construir uma tipologia do uso da mentira, utilizaremos personagens oriundos da literatura de cordel e de autores ligados ao folclore e a cultura popular. O produto das representações do escritor aqui será entendido como uma dimensão da práxis

social, assim como suas ações, de modo que seus personagens e suas mentiras são representativos dos usos que esta pode exercer em nossa sociedade.

Um dos personagens que cristaliza a cultura da mentira é sem dúvida o malandro, sujeito ambíguo, que recusa o trabalho disciplinado e vive de expedientes temporários, mentindo sempre que é necessário para preservar sua autonomia.

Muitas vezes estas personagens são chamados de heróis pícaros, personagens de origem humilde, que a todo instante partem para uma nova terra e utilizam a sabedoria, a astúcia, a previsão, a sutileza mental e o talento para sobreviver. Através do conhecimento dos seus inimigos, eles os enganam e os humilham. Suas estratégias e a identificação com seus leitores demonstram que seus dilemas pouco diferem da realidade.

No Brasil, é através da literatura oral de cordel que eles se perpetuam no imaginário popular e ensinam aos subjugados como canalizar sua raiva através da astúcia e do engano, cumprindo assim, a função de socialização de um espírito de resistência (Scott,2000:197).

Outro uso bastante comum da mentira é o entretenimento. São as chamadas *mentiras de pescador*, contadas com o objetivo prender a atenção da platéia. Consideraremos este o primeiro tipo ideal de mentira. Nele a verossimilhança não é pretendida e, normalmente, ele ocorre em situações em que não há aparentemente uma hierarquia entre os seus ouvintes e nem há normas sociais sendo desrespeitadas.

No segundo tipo ideal de mentira encontram-se as *mentiras de malandro*, ou seja, mentiras contadas com a intenção de enganar o interlocutor, por motivo de vingança, para escapar a uma sanção ou para levar algum tipo de vantagem material ou simbólica. Neste tipo podemos identificar uma tentativa de resistência a obedecer às normas sociais impostas.

A prática da mentira do primeiro tipo é representada por **Chicó**, personagem da peça *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna (Suassuna,2001) e por **Alexandre**, personagem do livro *Alexandre e Outros Heróis*, de Graciliano Ramos (Ramos,1997). A principal característica deste tipo de prática é o fato das mentiras serem inverossímeis.

A prática da mentira do segundo tipo é representada por **Cancão de Fogo**, personagem do cordel nordestino, de Leandro Gomes de Barros e **João Grilo**, também extraído da peça de Ariano Suassuna. Poderíamos ampliar este tipo acrescentando **Pedro Malazarte** (Silva,s.d.) outra famosa personagem do cordel nordestino e **Macunaíma** (Andrade, 1977), mas Cancão e João Grilo são suficientes para os objetivos deste trabalho. Neste tipo, a verossimilhança é pretendida e o uso da mentira busca o exercício da liberdade, muitas vezes em desacordo com as normas sociais.

Ao conhecermos as práticas das personagens, mostraremos o julgamento moral a respeito da mentira em determinados grupos sociais. Mas para isso, necessitamos conhecer os motivos que os levam a contar uma mentira e, a partir deste esclarecimento, poderemos produzir uma análise sociológica sobre seu uso na sociedade brasileira. Assim, gostaria de apresentar suas histórias, além das situações nas quais eles mentiram.

A mentira como uma arte ou as histórias de Alexandre

O livro de Graciliano Ramos, *Alexandre e Outros Heróis*, publicado pela primeira vez em 1938, narra as aventuras de Alexandre, um contador de histórias que “*fumando um cigarro de palha muito grande, discorria sobre acontecimentos da mocidade*”. São quatorze histórias narradas por ele, a maioria relata feitos que envolvem suas capacidades físicas e intelectuais ou sua relação com animais e objetos excepcionais.

As histórias são contadas em sua casa, na presença de cinco pessoas, sua esposa Cesária, o cego Firmino, o curandeiro mestre Gaudêncio, o cantador Libório e a afilhada de Alexandre e também benzedeira, Das Dores.

As histórias são ambientadas no nordeste do país, no meio rural, num tempo passado em que ele e sua família “vivia de grande” e era estimado pelos políticos e vaqueiros da região. Este passado contrasta com a realidade na qual estão as personagens no momento das narrativas. Alexandre possui “*uma casa pequena, meia dúzia de vacas no curral, um chiqueiro de cabras e roça de milho na vazante do rio*” (Ramos,1997:9).

No primeiro e no segundo capítulo de *Alexandre e outros heróis* em que ele explica porque seus olhos são tortos, ele conta aos presentes que na fazenda onde vivia, uma égua fugiu e seu pai mandou encontrá-la, pois sabia que estava pronta para parir seus filhotes. Durante a procura, ele adormeceu próximo ao riacho e quando acordou já era noite. Levantou-se e percebeu dois vultos malhados bebendo água. Em silêncio, se aproximou, preparou o cabresto para a montaria e saltou no lombo do animal.

Enquanto tentava dominá-lo, arranhou-se nas árvores de mandacaru que existiam ao redor. Os espinhos esfolaram todo seu corpo, mas Alexandre venceu o animal, que passou galopar e obedecer a seu comando.

O dia estava clareando quando voltou para casa montado no animal. Estavam todos preocupados com o que poderia ter acontecido e assim que entrou em casa, seu pai perguntou por onde andara.

Alexandre respondeu que estava procurando a égua perdida e veio montado num animal com malhas e que possivelmente seria ela. Quando chegaram ao curral, não entraram diante da surpresa que tiveram. Não havia uma égua, mas uma onça pintada

amarrada pelo cabresto. Segundo ele, como estava escuro, enxergou apenas as manchas do animal e disto deduziu ser a égua.

Passado o susto, Alexandre percebeu que enxergava as pessoas pela metade, seu pai, por exemplo, tinha apenas um braço e uma perna. Aconteceu que durante a montaria, até conseguir domar a onça, sofreu os arranhões e num dos espinhos seu olho ficou pendurado.

Quando ele voltou ao local do acidente, encontrou seu olho no espinheiro, colocou-o de volta e, devido à posição invertida, conseguiu ver seu cérebro por dentro e tudo o que ele pensava no momento.

Foi então que percebeu que o olho estava ao contrário, retirou-o e o colocou na posição correta. Desta vez enxergou melhor do que antes do acidente. Voltou para casa e quando olhou no espelho, viu que estava torto, mas como sua visão estava melhor, resolveu deixar como estava. E antes que fizessem qualquer pergunta sobre o paradeiro da onça, tratou de explicar que foi morta e seu couro foi entregue ao irmão tenente de Alexandre.

Já num domingo, Alexandre perguntou aos presentes se gostariam que contasse a história do veado, “história que eu aponte outro dia” e depois de todos concordarem, perguntou aos presentes qual era a distância entre a casa e o monte em frente.

Seu Libório arriscou meia légua, mestre Gaudêncio duas e Das dores cinquenta léguas. Alexandre repreendeu sua afilhada e disse: “(...) *Isso não, Das Dores. Que desconchavo! Assim também é demais. Deixe esses despotismos, para os nossos amigos não fazerem mal juízo, não pensem que eu ando com invenções. As minhas histórias são exatas*”(Ibid.:86).

Foi o mesmo comentário de quando contou a história da cadeira feita com madeira de jaca, que depois de alguns anos, cada uma de suas pernas tornou-se uma árvore enorme. Em sua narrativa, apenas quatro árvores criaram raízes no cômodo da casa, enquanto na

versão que o doutor Silva escreveu, havia mais dez, o que não era verdade. Na comparação, Alexandre afirmou que o doutor Silva floreou a história porque precisava encher o papel uma vez que escrevia sobre o fato.

Mas como Alexandre era exato, somou as medidas apresentadas pelos outros três presentes e dividiu. Assim, a distância entre sua casa e o monte era exatamente dezessete léguas. Com a distância definida, passou a narrar os fatos.

Alexandre contou que, graças a seus novos olhos, enxergou um veado no alto do morro. Nessa época ele havia recebido do seu irmão tenente uma espingarda cuja qualidade era não deixar o chumbo se dispersar. Então ele mirou no animal e o matou.

A distância entre a casa e o local onde estava o veado era tão grande que ao chegar até a presa, o corpo já estava frio. Durante a narrativa, Alexandre disse que havia um tiro na cabeça e outro na pata. Por causa da contradição, o cego Firmino perguntou sobre a presa ter dois tiros, quando foi disparado apenas um. Imediatamente Alexandre perguntou irritado se Firmino duvidava de sua palavra. O cego imediatamente respondeu que não.

A contradição dos fatos e da falta de uma resposta coerente ao cego foi desfeita com o testemunho de Cesária, esposa de Alexandre, que partiu em seu auxílio explicando que no momento do tiro, o animal estava coçando a orelha e, por isso, o tiro atingiu sua pata.

Mas não foi apenas desta vez que o cego Firmino desconfiou das histórias contadas por Alexandre e Cesária o auxiliou. Quando Alexandre contou sobre seu olho, Firmino lembrou que nas outras vezes em que contou a história não havia espinhos. Também quando contou a história do bode do tamanho de um cavalo, o cego perguntou sobre seu paradeiro, como também perguntou sobre o paradeiro dos filhotes da cadela inteligente de uma outra história. Todas às vezes Firmino foi depreciado por causa de suas perguntas.

No caso da história de quando Alexandre voltava da casa de seu sogro e foi picado por uma cobra cascavel de dois metros e meio, o cego Firmino desconfiou do tamanho, mas se deu por vencido quando Cesária foi buscar seu guiso. Como ela não o encontrou, Firmino aceitou apenas seu testemunho como prova.

A cobra mordeu o estribo, que era de prata, e depois de alguns dias, quando Alexandre foi montar com a mesma sela, seu empregado disse que não conseguia retirá-la do chão pois estava presa. Alexandre foi até o local e encontrou o estribo inchado, vazando prata. O que aconteceu foi que a cobra picou o estribo e ele inchou devido a seu veneno. Alexandre ganhou muito dinheiro vendendo prata até o veneno ficar velho e perder seu efeito.

Como se vê, algumas histórias de Alexandre o envolvem diretamente nos feitos extraordinários que relata, mas nem sempre é ele a excepcionalidade da narrativa. Enquanto o cego Firmino desconfia e faz perguntas, Libório é o que menos pergunta, apenas admira. Logo após narrar os acontecimentos com a onça, o cantador propôs fazer uma cantiga narrando os feitos de Alexandre enquanto Das Dores bateu palmas no final, o que demonstra que ambos não estão preocupados com a veracidade dos acontecimentos, mas com a engenhosidade da narrativa.

Essas histórias são contadas repetidas vezes, os ouvintes dirigem-se à casa de Alexandre para ouvi-las e algumas vezes eles próprios pedem que alguma história seja contada novamente.

A estima dos presentes pelas histórias de Alexandre também pode ser observada quando Libório parou sua cantoria porque Cesária pediu que Alexandre contasse a história da jaqueira. Inicialmente Alexandre se recusou afirmando que no momento Libório estava cantando, mas este parou imediatamente e pediu que Alexandre a contasse. À exceção do

cego Firmino, nenhum outro personagem contesta as versões que são apresentadas com modificações, cada vez que são recontadas.

Alexandre possui duas testemunhas constantes em suas narrativas: sua esposa Cesária, que muitas vezes o auxilia, como no caso do tiro no veado, e seu irmão tenente, que recebe as provas materiais de todos os casos narrados.

O autor de Alexandre, no início do livro, afirma que as histórias ali apresentadas não são originais pois fazem parte do folclore nordestino, são relatos transmitidos de geração em geração.

As histórias são inverossímeis, entretanto, Alexandre espera a crença, ou pelo menos a conivência, de seus ouvintes em relação aos casos narrados. Ele mesmo faz questão de se comparar ao doutor Silva para demonstrar sua fidelidade aos fatos uma vez que Silva floreia as histórias, enquanto ele diz exatamente o que aconteceu.

Aquele que duvida, Firmino, é a todo momento destrutado e desconsiderado com o argumento de que sua cegueira o impossibilita entender as coisas que Alexandre diz. No caso da distância do monte onde estava o veado, por exemplo, Alexandre desconsiderou a opinião do cego.

Os ouvintes não interpretam as histórias como se o objetivo do narrador em cada uma delas fosse contar suas glórias. Se existe algum objetivo além de passar o tempo (e nesse sentido, suas histórias pertencem aos momentos de lazer no meio rural nordestino), este é o de ter a atenção dos presentes devido a sua criatividade e capacidade em narrar um caso. E a reação de Das Dores, ao bater palmas no final da história da onça, indica que de fato tais narrativas provocam a admiração e o riso, e não o desprestígio daquele que as conta.

No entanto, quando estas histórias são contadas fora de um determinado ambiente que as pressupõe, podem ser interpretadas como mentiras contadas por um sujeito convencido e como uma maneira de contar vantagens de si perante os outros. Afinal, Alexandre luta com uma onça, acerta com um único tiro um veado distante dezessete léguas, consegue ganhar dinheiro com a prata que escorre do estribo picado pela cobra e outras mais.

No pós-fácio escrito por Osman Lins, o comentarista afirma que as temáticas presentes em cada uma das histórias e a referência a um passado de riqueza, obedecem a um objetivo definido: “(...) *este homem que fala a ouvintes obscuros, mantém, através da imaginação, a capacidade de evocar, sob uma forma mítica, a existência de bens que ele e o cantador, o curandeiro, a benzedeira, o cego, deveriam compartilhar. (...) Ele parece representar a memória de um Paraíso onde a Natureza, ao contrário desta que o rodeia, oferece maravilhas; e também uma sociedade onde ele, Alexandre, não é um recusado e sim um fruidor*” (Ibid.:194).

Portanto, não se trata de um contador de vantagens, mas sim de um contador de histórias que, apesar de ser o personagem principal de muitas delas, ao partilhar um mesmo imaginário com seus ouvintes, fala de sua riqueza no passado ao mesmo tempo em que está inversamente se referindo aos seus problemas no presente, como a fome e a pobreza.

Observando o conteúdo das mentiras descobrimos que a fome e a falta de dinheiro são transpostos nas mentiras no sentido inverso, como abundância e riqueza. Em suas histórias, Alexandre é rico e prestigiado, bem ao contrário da sua realidade. Mas ao invocar tais elementos na sua imaginação e na dos outros participantes, eles tornam-se realidades, como se a imagem da coisa fosse, pelo menos naquele momento, a própria coisa narrada.

Os elementos que se tornam realidade e que fazem parte do conteúdo expresso nas mentiras oferecem um momento privilegiado para conhecermos o imaginário e os valores daqueles que mente e de seu grupo. Nesse sentido, quando analisarmos as entrevistas do próximo capítulo, observaremos um imaginário carregado da ideologia do consumo. Mas, muitas vezes, este consumo refere-se a elementos básicos da sociedade como uma casa, um carro ou um tênis, e que, apesar disso, não se realizam senão através das mentiras.

O encontro entre a arte e a estratégia

Mas Alexandre não é um único caso representativo deste tipo de mentira. No *Auto da Compadecida* (Suassuna,2001), Ariano Suassuna trabalha dois personagens que representam os dois tipos de uso da mentira que propomos neste trabalho, Chicó e João Grilo. Esta peça de teatro escrita na década de 1950 é também inspirada no folclore nordestino.

A história começa com a morte da cachorra da patroa de João e Chicó. Quando o animal ainda estava doente, ela mandou Chicó à igreja chamar o padre para benzê-lo. Chicó já sabia que o padre não aceitaria benzer um cachorro, então, chamou João Grilo para auxiliá-lo.

Durante a conversa sobre a possibilidade do padre benzer ou não a cachorra, Chicó lembrou-se do cavalo bento que tinha. João Grilo, assim como o cego Firmino, sempre desconfiado das histórias, fez diversas perguntas que foram respondidas com a frase “não sei, só sei que foi assim”. Chicó também apresentou uma testemunha, Antonio Martinho, que estava morto há três anos, de modo que não poderia ser desacreditado.

Mesmo assim João Grilo pediu para que contasse sobre o cavalo bento. Chicó então contou que comprou o cavalo de uma velha que estava se mudando e que, antes da venda, recomendou-o tomar cuidado com o cavalo porque ele era bento.

Segundo Chicó, só poderia ser bento um cavalo que correu atrás de um garrote durante um dia inteiro, sem parar em nenhum momento. Durante sua narrativa, o garrote virou um boi e com esse crescimento de garrote para boi, João Grilo perguntou qual dos dois ele perseguia. Chicó respondeu que eram os dois, um garrote e um boi.

Admirado, João perguntou se ele correu atrás dos dois de uma vez, e Chicó respondeu que os dois, durante toda a perseguição, correram juntos sem se separarem. João, não satisfeito, ainda perguntou como poderia acontecer isso e, irritado, Chicó respondeu “não sei, só sei que foi assim”. Mas a história não terminou nisto.

A perseguição começou na Paraíba e só acabou em Sergipe. João, então, perguntou como foi que passaram pelo rio São Francisco e Chicó respondeu que o rio deveria estar seco porque não cruzou nenhum rio durante a perseguição.

Ao longo da peça, Chicó contou diversas histórias tão inverossímeis quanto esta. Já as mentiras contadas por João Grilo, contrastam com as de Chico, a começar pelo fato de João responder as perguntas que lhe são feitas com outra mentira mais convincente. Isso se deve à maior astúcia de João e ao fato de que seus objetivos, quando conta uma mentira, diferirem dos de Chicó.

Quando as perguntas de João desmentem os fatos narrados por Chicó, este, ao invés de insistir modificando mais um pouco sua história, prefere dizer que não sabe, só sabe que foi assim. Ou seja, ele abandona buscar o convencimento de seu interlocutor pois não se trata de convencê-lo. De certa forma, suas histórias são apresentadas para serem ouvidas e

não para serem questionadas quanto a sua realidade empírica. Mesmo assim, as perguntas de João servem para testar a astúcia de Chicó em escapar das tentativas de desmenti-lo.

A diferença entre os dois ficou clara, por exemplo, quando João percebeu que o padre não benzeria a cachorra. Diante da negativa, João mentiu que a cachorra era do major Diogo, poderoso fazendeiro da cidade. O que fez o padre imediatamente mudar de idéia e dizer: *“Não vejo mal nenhum em se abençoar as criaturas de Deus”*.

Como diz João Grilo, diante do medo da riqueza do major Diogo, o padre mudou de idéia e se dispôs a benzer a cachorra. O problema é que após saírem, eles encontraram o major caminhando em direção à igreja.

João, sabendo que a filha do major Diogo estava doente e que ele estava indo à igreja pedir que o padre a benzesse, disse ao major que o padre ficara doido e que estava chamando a todos de cachorro. A partir daí, a confusão estava armada. O major pensou que o padre chamou sua filha de cachorra e foi reclamar com o Bispo.

Neste meio tempo, a patroa e seu marido chegaram à igreja carregando a cachorra prestes a morrer. A patroa pediu que o padre benzesse seu animal e ele, diante da confusão com o major e prevendo a visita do Bispo, negou o pedido. Então, João contou que o padre disse que benzeria a cachorra do major. Durante a nova confusão que começou, a cachorra morreu e todos começaram a discutir se ela seria ou não “enterrada em latim”.

Com suas mentiras, João enganou o padre que era sovina e quis vinga-se da patroa que não lhe dera comida quando ele estava doente e alimentava a cadela com carne de primeira

Antes que todos se dessem conta de quem havia começado a confusão, João perguntou ao patrão se ele gastaria dez contos para “enterrar o animal em latim”, de quem obteve uma resposta positiva. João falou que, diante da negativa do padre, os patrões não

poderiam cumprir o testamento do animal, que era deixar dez contos de réis para a igreja, seis para o padre e quatro para o sacristão. Mais uma vez o padre mudou de idéia, pois se tratava de uma cadela “inteligente, com sentimentos nobres” e, por isso, aceitou enterrá-la.

O problema era que o major já havia conversado com o Bispo e este estava a caminho da igreja para repreender o padre. Durante a conversa com o Bispo, o padre descobriu a mentira de João sobre a cachorra do major, ficou furioso ao saber da tapeação armada e foi buscá-lo. Para defender-se, João comentou na frente do bispo sobre o cachorro enterrado em latim. O Bispo afirmou que era proibido enterrar cachorros em latim e que o padre seria punido. Diante do desespero do padre e do seu pedido de socorro, João, em sua defesa, lembrou do testamento e também colocou o bispo como herdeiro. Assim, tudo se resolveu.

Mas João ainda não tinha conseguido vingar-se da patroa. Por isso, pegou um gato e mandou Chicó colocar algumas moedas no anus do animal. Ele sabia que as fraquezas da patroa eram dinheiro e bicho e armou uma “quengada” envolvendo esses dois ingredientes. Com as moedas introduzidas, levou o gato a sua patroa e demonstrou como o animal defecava dinheiro.

A patroa ficou entusiasmada e comprou o gatinho de João, que já esperava a hora em que o animal não defecaria mais moedas. Por isso, pegou a bexiga do cachorro morto, encheu de sangue e pediu para que Chicó ficasse com ela no peito quando o patrão viesse tomar o dinheiro de volta. O patrão chegou e logo acusou João de ladrão, que respondeu dizendo que ladrão era ele e que *“o que faço é me defender como posso”*.

O golpe que seria aplicado nos patrões foi adiado porque neste meio tempo chegou na cidade um bando de cangaceiros que aterrorizavam a região. O chefe deles, Severino, foi à igreja e encontrou todos os personagens.

A última mentira de João foi pregada no cangaceiro, depois dele ter matado a todos, deixando vivo apenas João e Chicó. No momento em que deveria ser morto, João disse que queria entregar um presente ao cangaceiro. Era a gaita batizada por padre Cícero e que ressuscitava os mortos. Diante da desconfiança do bandido, João pegou sua faca emprestado e fingiu atacar Chico, estourando a bexiga com sangue que tinha sob a camisa. Chico percebeu a armação e fingiu-se de morto, ressuscitando com o canto da gaita.

Quando Chicó levantou-se, disse que viu padre Cícero. O cangaceiro ficou abismado e se dispôs a participar do experimento. Severino entregou a gaita a um de seus capangas e o mandou atirar. O capanga matou seu chefe e acabou morrendo também numa luta com João. Os dois amigos iam saindo com o dinheiro de todos quando Severino ainda teve forças para levantar e atirar em João, que morreu.

A parte final da peça é o julgamento das personagens depois de mortos. O diabo ia levando todos para o inferno, quando João pediu a intercessão de Nossa Senhora, que o atendeu prontamente. Graças à intercessão de Nossa Senhora, todos foram parar no purgatório, menos João.

Ele, apesar de ter enganado a todos e, que, aparentemente, deveria ser enviado para o inferno ou pelo menos para o purgatório, após seu julgamento, conseguiu ser devolvido para a terra. Ou seja, de todos os pecadores, João foi o que menos pecou. Nos autos, a Compadecida diz para Jesus Cristo: *“João foi um pobre como nós, meu filho. Teve de suportar as maiores dificuldades, numa terra seca e pobre como a nossa”* (Suassuna, *ibid.*:184).

A defesa de Nossa Senhora resgata o aspecto cristão de toda a peça e a legitimidade do uso da mentira em determinados casos como o de João Grilo. Sua defesa baseia-se no seguinte argumento: *“Meu filho, seja então compassivo com quem é fraco”* (*ibid.*:177).

A cada um a Compadecida defendeu apresentando um motivo. O padre e o sacristão foram absolvidos porque, como mortais, agiam por medo. Em sua defesa, a Compadecida lembrou que o padre, antes de morrer, absolveu a todos. A esposa e o marido também foram defendidos com o argumento de que o marido tinha medo da solidão e por isso aceitava as ordens de uma mulher. E ela foi absolvida da acusação de adultério porque, segundo ela, era muito maltratada pelo marido. O cangaceiro e seu capanga foram perdoados já que agiam movidos pela cólera causada pelo assassinato de suas famílias pela polícia.

João, como ele mesmo disse, mentia para defender-se. Seu argumento não só foi aceito por Deus e reafirmado por Nossa Senhora, como graças a ele não recebeu nenhuma punição. Ao contrário, pôde retornar à terra com a ordem de agir de acordo com os mandamentos divinos.

Para compreendermos o que significa João ter sido perdoado por suas mentiras, devemos observar quem foram suas vítimas e os motivos alegados para suas ações. Primeiro João queria vingar-se de sua patroa pois esta tratava seu cachorro melhor que seus empregados. Depois João queria mentir ao padre e fazê-lo enterrar um cachorro em latim, porque este era sovina.

Quando viu o major chegando à igreja e percebeu que poderia ser punido por ter se passado por seu mensageiro, contou outra mentira para se livrar desta punição. Assim como mentiu sobre a gaita mágica entregue ao cangaceiro para livrar-se da morte.

Para cada personagem, João contou uma mentira fundamentada naquilo que chamava de as “fraquezas” de cada um deles. A fraqueza do padre era o dinheiro, do major sua arrogância, da esposa, animal e dinheiro, e a do cangaceiro, a credulidade ingênua. A utilização das fraquezas dos poderosos aparece também em outras histórias do cordel.

Além de João, existe outro personagem que personifica o segundo tipo de mentiroso, chama-se **Cancão de Fogo** (Barros,s.d.). Este, assim como João Grilo, também utiliza a mentira como um instrumento de luta contra os poderosos. Mentindo, eles conseguem fazer sua vontade prevalecer em algumas situações. Apesar disso, não podemos deixar de notar que suas mentiras, longe de transformarem a realidade em que vivem, reafirmam os fundamentos da dominação a que estão submetidos.

A mentira como arma dos subalternos ou a história de Cancão de Fogo

A personagem Cancão de Fogo foi criada por Leandro Gomes de Barros (1865-1918), a partir de temas da tradição oral. Barros foi um dos primeiros escritores de cordel do Nordeste brasileiro e em suas histórias estavam presentes as chamadas “queixas gerais” de sua época. (Terra,1983:40). Suas sátiras tratavam de sogras, casamentos, jogo do bicho, adultérios, religião e mandonismo. O cordel *A Vida e Testamento de Cancão de Fogo* foi escrito e publicado quando ainda era vivo.

Outro cordel de sua autoria, *O punhal e a Espada*, foi escrito a partir de um boato sobre a morte de um fazendeiro que teria sido assassinado por um funcionário em quem havia batido. Como defendeu o assassino, foi preso pelo chefe de polícia. Mas, segundo Permínio Asfora como Barros “*era um homem de muita vergonha e sentimento*”, sucumbiu a humilhação de ser preso, morrendo na cadeia (Ibid.:41).

A história de Cancão de Fogo começa com a morte do seu pai, um homem honesto e trabalhador. Como era o único que trabalhava, a família começou a passar por dificuldades. Cancão foi chamado a trabalhar e negou-se porque achava que não precisava. Ele dizia que na natureza já existia tudo o que se precisava para viver, bastava pegar.

Além de rejeitar o trabalho, Cancão criticou seu pai por ser um trabalhador honrado. Nesse momento conhecemos a forma de pensar de Cancão. *Nunca ouvi falar assim/Pedro morreu por ser bom/Paulo morreu por ser ruim/ Bom e mal, bonito e feio/Tudo tem o mesmo fim(...)*Essa honra é palhaçada/ Porque o capitalista não olha pessoa honrada/ Leve honra numa venda/E veja se compra nada”(Barros, s.d.:06).

Como não havia mais nada para comer em casa e sua mãe não admitia comprar fiado na venda, Cancão resolveu buscar na “natureza” aquilo que estava lá disposto para ele. Encontrou um velho rico e avarento que não queria gastar dinheiro com sua estada na cidade. Logo apresentou-lhe o hotel mais barato que conhecia mas para levá-lo até lá, o velho deveria pagar uma determinada quantia. Mas o hotel era, na verdade, a prisão da cidade.

Ao ver a entrada do “hotel”, o velho não imaginava estar caindo num dos inúmeros contos do vigário de Cancão de Fogo. Ele sempre buscava enganar quem ameaçasse sua liberdade ou não estivesse de acordo com sua filosofia de vida, como era o caso do velho.

Quando o velho entrou na cadeia, os soldados imaginaram que se tratava de um ladrão se entregando. Por isso, ficou preso por mais de dez dias até a volta do delegado. Só quando ele foi solto é que os policiais partiram a procura de Cancão, o verdadeiro ladrão.

Com o dinheiro que pegou do velho, Cancão foi ao armazém e comprou comida para toda sua família. Chegou em casa com tanta comida que sua mãe descobriu o roubo. Cancão, então, saiu pelo mundo afora, fugindo dos tapas de sua mãe.

Em sua nova vida, começou a trabalhar como vendedor de doces. Meses depois, escreveu para sua mãe dizendo onde estava e o que fazia para sobreviver, mesmo sabendo que ela não se preocupava com ele.

Junto com a carta enviou todo o dinheiro que havia guardado, pois acreditava que sua família estivesse passando fome. Mas as coisas se complicaram para Cancão quando seu tio, irmão da mãe, leu a carta e descobriu seu paradeiro. Com inveja de sua inteligência uma vez que seus filhos eram pouco espertos, enviou o valentão Zé Vaqueiro para capturá-lo. Para isso, conseguiu um mandado de prisão referente ao estelionato praticado contra o velho do hotel.

Zé Vaqueiro concordou porque já tinha passado alguns dias preso devido um roubo frustrado em que Cancão foi o delator. Com o mandado de prisão nas mãos, ele partiu para sua vingança. Mas, no meio do caminho, embebedou-se e dormiu na estrada.

Cancão caminhava na mesma estrada quando o viu dormindo bêbado e com o mandado de prisão em suas mãos. Foi para sua casa, pegou algumas chaves antigas, colocou-as na algibeira de Zé, roubou seu mandado de prisão e partiu para a cidade. Procurou o delegado e disse ter encontrado um ladrão com as chaves dos galpões da cidade.

O delegado e seus soldados foram onde estava Zé Vaqueiro e o prenderam. O jagunço apanhou durante setenta e três dias e só conseguiu escapar depois que o tio de Cancão apareceu para soltá-lo. Zé Vaqueiro jurou nunca mais se meter com Cancão de Fogo quando o tio propôs que continuasse sua captura.

Ao perceber que corria o risco de ser preso devido ao golpe no velho do hotel, Cancão resolveu partir. Mentiu ao seu patrão dizendo que sua mãe estava doente e ele precisava visitá-la. Assim, recebeu o dinheiro que o patrão lhe devia e partiu.

Fugindo, encontrou outro delegado, que resolveu prendê-lo e enviá-lo à Marinha. Cancão ainda tentou escapar mentindo que sempre quis ser marinheiro e que, por isso, bastava ele informar a direção e a pessoa com quem devesse falar na Marinha, que iria

sozinho. Mas o delegado o levou até o quartel da cidade. Lá, Cancão esperou todos dormirem, roubou as roupas do delegado, dos soldados e fugiu.

Na sua terceira fuga, Cancão encontrou Alfredo, um jovem também rejeitado pela família. Cancão convidou-o para seguirem juntos pelo mundo. Para Alfredo, Cancão ensina sua ética. *“Só furtará uma coisa/Estando necessitado/Se não quiserem lhe dar/Tem o direito sagrado/Aí se rouba até Deus/Se achar ele descuidado”* (ibid.:14)

Os dois partem num barco para Belém sem pagar pela viagem e quando são descobertos, Cancão mente que foi seu pai, um fiscal, que os embarcou no navio Olinda. Como não era o navio em que estavam, o bilheteiro disse para esperarem até Belém e lá pediria para o delegado chamar o seu pai. Mas Cancão escapou e desceu no Ceará. Desta vez, o delegado local o esperava e conseguiu prendê-lo.

Cancão mentiu que seu pai morava ali e ele poderia chamá-lo para resolver o problema. Ingenuamente, o delegado mandou Cancão até o subdelegado para que juntos fossem à sua casa buscar seu pai. Como prova da ordem, entregou sua bengala para Cancão apresentá-la ao funcionário.

Com a bengala nas mãos, Cancão armou mais uma. Disse ao subdelegado que seu chefe havia mandado que lhe entregasse três contos de réis e como prova do pedido, apresentou a bengala. Com o dinheiro e a bengala do delegado nas mãos, Cancão partiu com Alfredo em direção à capoeira.

Fugindo da polícia, Alfredo voltou à cidade disfarçado de cego e aleijado para saber o que se passava com o delegado. Devido ao disfarce, recebeu muita esmola da população local. Assim, Cancão acertou um novo golpe com Alfredo. Mandou Alfredo à igreja para entregar ao padre todo o dinheiro conseguido. Quando o padre perguntasse o porquê, ele deveria dizer que sua mãe, antes de morrer, fez um último pedido. Ele deveria pedir esmola

e o dinheiro arrecadado deveria ser entregue ao padre para realização de uma festa em nome do seu santo de devoção. Ao receber a aprovação do padre, Alfredo deveria pedir um atestado da igreja, uma coroa e uma toalha para continuar a promessa assumida com sua mãe.

Interessado no dinheiro que iria arrecadar, o padre entregou os instrumentos necessários para Cancão e Alfredo ficarem ricos. Todas as cidades do nordeste foram visitadas pelos dois e quando já estavam fartos de tanto dinheiro, resolveram partir para o Rio de Janeiro.

No meio do caminho para o Rio eles se perderam e apesar de terem dinheiro nas mãos, começaram a passar fome. Encontraram uma casa em que o almoço estava pronto. Nesta casa vivia uma negra com dois filhos pequenos. Ao oferecerem dinheiro em troca de comida, a negra disse que para branco não havia comida dada nem vendida. Diante da negativa, roubaram-na.

A história termina com os dois almoçando num restaurante no Rio de Janeiro, quando são abordados por dois delegados e muitos soldados. Cancão pediu para terminar a refeição antes de se entregarem, e foi atendido. Após a refeição, perguntou quais eram as acusações que pesavam sobre ele e para cada uma delas ele deu uma explicação.

Os policiais o procuravam pelo golpe aplicado no delegado e no subdelegado do Ceará. Cancão afirmou que não roubou a bengala, mas ficou com ela como pagamento pelo trabalho de ir até o subdelegado. A respeito do dinheiro roubado deste, disse que não era verdade, pois ninguém daria dinheiro a um denunciado da polícia, ainda mais um subdelegado. Os policiais ainda o acusaram do roubo das roupas no quartel, e Cancão

respondeu que as roubou para defender-se, pois o delegado o prendeu sem nenhum motivo e que ainda o queria enviar para a Marinha⁵.

Cancão não convenceu o delegado, mas convenceu o médico que o acompanhava. Ele, para livra-lo da punição, o rejeitou dizendo que estava doente e não poderia fazer parte da tropa. Assim, Cancão permaneceu livre para novas aventuras.

A vida de Cancão de Fogo vem acompanhada de um testamento. Quando estava próximo da morte, chamou o escrivão e o juiz para fazer seu testamento. Entregou uma casa em São Paulo e outra em Belo Horizonte para o escrivão e juiz, respectivamente.

Após a morte de Cancão, os dois, em retribuição, pagaram todas as despesas do enterro e ainda entregaram uma quantia em dinheiro à viúva. No entanto, quando foram receber suas heranças, descobriram que era tudo mentira, nenhuma das casas era de Cancão. Descobriram que ele estivera no cartório de cada uma das cidades e chegou a vender um fazendeiro negro como escravo. Ou seja, caíram em mais um golpe do vigário aplicado por Cancão.

“Tá errado, mas tá certo!” A dialética da moral popular !

Histórias como de Cancão de Fogo, João Grilo ou Pedro Malazarte são constantemente reeditadas, o que prova sua sintonia com o imaginário e os valores sociais de seus leitores. A peça *Auto da Compadecida* (Suassuna,2001), assim como as histórias de Alexandre, é inspirada no folclore nordestino, em que João Grilo e Cancão são conhecidos

⁵ A referência ao envio à Marinha como forma de punição refere-se ao período anterior da Revolta da Chibata (1910), quando marinheiros eram castigados com punições físicas. A Marinha representava uma instituição de correção de jovens e de infratores. Além disso, muitos pais de família também foram enviados obrigatoriamente à Marinha, num recrutamento que durava quinze anos. Em 1904, em Fortaleza, houve a primeira revolta contra este recrutamento quando setenta e dois sorteados se recusaram a embarcar nos navios (Carneiro,1989:163).

como “amarelinhos”. A principal característica deste tipo de personagem é constituir-se enquanto herói à medida em que utiliza-se da mentira contra seus opressores e têm sua ação valorizada moralmente por isto.

Nas histórias de Cancão ou de João Grilo, especialmente nas falas das personagens podemos ver que a mentira não é considerada por eles moralmente incorreta. Eles usam os motivos que os levam a mentir como justificativa de sua conduta. Matar a fome ou vingar-se de uma injustiça cometida por algum poderoso é motivo suficiente e legítimo para se enganar alguém. Aí, como diz Cancão, até Deus corre o risco de ser enganado. Mas qual a relação destas histórias com as entrevistas?

Para Melo e Souza, a poesia de autores de sociedades de literatura oral liga-se diretamente à vida coletiva do grupo em que foi criada, é feita para ser incorporada à experiência do grupo e a visão de mundo expressa nela não possui qualquer significado se separada das circunstâncias nas quais elas foram escritas (Melo e Souza,2000:44). Por isso, o espaço para a criação individual é menor que aquele proporcionado por sociedades complexas, nas quais existe uma clara separação entre o público e o autor.

Os autores aqui analisados expressam-se de maneira individual. Entretanto, suas obras são inspiradas na literatura de cordel e no folclore e trazem aspirações que encontram ressonância nas necessidades coletivas dos leitores. Dessa forma, a conduta do personagem e sua concepção de mundo reforça nos leitores o sentimento dos seus valores sociais.

Quando observamos as condições sociais existentes no nordeste brasileiro na virada do século XIX para o XX, período de origem do personagem Cancão, observamos que inúmeras mudanças estavam acontecendo. A primeira e fundamental delas é o fim da escravidão e o início da utilização da mão de obra livre. Nesse período, as plantações de

cana de açúcar já se encontravam em decadência e estavam sendo substituídas por café e algodão (Terra,1983).

Com as novas plantações, a de algodão principalmente, os antigos roçados dos moradores, que lhes garantiam a subsistência, são substituídos pelo salário e o custo de vida da população aumenta drasticamente. Com isso, o problema da fome, que é social, interfere na obra e torna-se elemento estruturante da narrativa e fundamental para compreendermos as histórias.

Cancão mente para comer, João também. Além da comida, ambos enganam, com suas mentiras, os patrões que maltratam seus funcionários. Podemos observar uma moralidade própria presente nestas obras e que corresponde à de seus leitores na qual, as vezes, o errado é certo!

Quem são os personagens enganados pelos heróis? Baseado em quais valores esses heróis agem dessa maneira? Ao mesmo tempo que mente e engana, Cancão preocupa-se com sua família, envia dinheiro à sua mãe, também é leal a Alfredo e não é avesso a qualquer tipo de trabalho. Com suas armações, critica a avareza do velho, o mandonismo do delegado, a ganância do padre, do juiz e do escrivão, a mesquinhez da negra e a ingenuidade do povo, enganando a todos em seus contos do vigário.

Da mesma forma, nas histórias de Malazarte (Silva,s.d.), ele vinga-se do mau patrão, critica o adultério, a ingenuidade do marido, a arrogância do padre, o consumismo da esposa do fazendeiro, a ganância do cavaleiro e o mandonismo do rei. João Grilo também critica o mandonismo, a ganância e a credulidade ingênua.

Portanto, não falamos de personagens que a todos enganam sem qualquer critério. Numa das histórias de Malazarte, após tirar o couro de um fazendeiro, a personagem entrega o dinheiro que conseguiu a um trabalhador enganado por seu patrão, de quem

também se vingará. Apesar de aparecerem ora como criminosos ora como heróis, o final de todos eles é sempre positivo. Eles enganam os poderosos, triunfam sobre eles, mas defendem os que são fracos.

Tanto Cancão quanto João usam o conto-do-vigário como uma estratégia de luta. A compreensão de sua estrutura proporciona conhecermos o seu *modus operandi* do mentiroso. Para ele aplicar um conto-do-vigário, o enganador precisa trocar algumas palavras com seu interlocutor, para conhecê-lo em suas fraquezas, que são condenadas moralmente pelas personagens.

O *modus operandi* consiste em observar o interlocutor, colocar-se no seu lugar, e a partir desta capacidade de interpretar a realidade como se fosse o outro (incluindo aí a forma como ele vê as outras pessoas, as coisas que valoriza, sua visão do mundo, seu imaginário), oferecer-lhe aquilo que ele mais deseja em troca do que ele mais presa. Do fazendeiro ele rouba o ouro, do major o respeito, do crente a fé. Esse processo envolve um julgamento moral que vai legitimar o conto-do-vigário ou a mentira.

A estrutura do conto-do-vigário baseia-se na troca e na contraprestação. Cancão ou João dissimulam prestar um favor a seus mandantes e, em troca, estes o entregam algo. Ao consumir a troca com a prestação e contra prestação, os últimos descobrem que foram enganados.

Como observou Schwarz, no Brasil foi o favor que assegurou aos homens livres a idéia de que eles não eram escravos e era através da prestação e da contraprestação que se viam como iguais. “*Mesmo o mais miserável dos favorecidos reconhecia nele, o favor, a sua pessoa livre, o que transforma a prestação e contraprestação, numa cerimônia de superioridade social, valiosa em si mesma*” (Schwarz,1988:18).

Porém, tanto Cancão quanto João Grilo fazem da troca de favores, não um momento de igualdade em relação a seus interlocutores, mas um momento de superioridade, pois, graças a sua astúcia, ao invés de aceitarem o domínio implícito no ato da troca, enganam aqueles que temem ou que os subjugam.

As personagens Chico, Alexandre, Cancão de Fogo e João Grilo personificam tipos ideais de uso da mentira e não de mentirosos. Nas entrevistas, aquele que conta uma mentira com as mesmas intenções e características das mentiras contadas por Chicó ou Alexandre pode ser o mesmo que conta mentiras com as características e motivos de João ou Cancão. Ou seja, apenas em termos de análise poderemos separá-las porque na realidade elas podem ser praticadas por uma mesma pessoa. Esses personagens e suas práticas facilitam a exposição como meios para compararmos e medirmos, com relação a eles, a realidade. (Weber,1964)

Alexandre e Chicó, ao narrarem suas histórias, esperam a crença de seus ouvintes, ou pelo menos sua conivência, mas não preocupam-se com a verossimilhança.. Além disso, são socialmente reconhecidos como mentirosos⁶. As pessoas os procuram para ouvir suas histórias e comentá-las de forma positiva ou negativa. Só podemos chamá-los de mentirosos graças aos interlocutores que contestam a verossimilhança dos fatos narrados. Se podemos encontrar motivos, além do entretenimento, poderia ser obter a admiração do ouvinte em relação à sua capacidade narrativa, a uma verdadeira arte de narrar e de prender a atenção do público. São as chamadas histórias de pescador, cuja vivacidade e engenhosidade trazem prestígio àquele que as conta uma vez que através de suas palavras as coisas imaginadas ganham realidade.

⁶ De João para Chicó sobre o cavalo bento: “*Você vem com uma história dessas e depois se queixa porque o povo diz que você é sem confiança*” (Suassuna,20001:26).

Bem diferente é o tipo de enganador que conta suas mentiras semelhantes as de João Grilo ou Cancão. Nestas situações, as pessoas que acreditam em suas palavras terminam Cancão e João Grilo não são socialmente reconhecidos como mentirosos. Cancão porque a todo o momento parte de uma cidade para outra, conhecendo pessoas diferentes e nenhuma delas sabe das suas intenções e nem de seu *modus operandi*, o conto-do-vigário. João, apesar de ficar sempre na mesma cidade, não é visto como mentiroso porque usa sua astúcia para tornar suas histórias verossímeis e, sempre que é descoberto, conserta a situação com uma nova mentira.

Cancão manipula sua identidade e manipula a identidade do outro com vista a seus objetivos secretos. Sua astúcia e capacidade de escapar dos perigos advém do conhecimento que consegue obter sobre o seu interlocutor. Por exemplo, quando foi pego no navio sem passagens, ele imediatamente afirmou ser filho de um fiscal que residia no local de destino da embarcação pois sabia da diferença de tratamento que receberia. Ao ter consciência da forma como são tratados os filhos de pessoas poderosas, Cancão se faz passar por tal para não pagar as passagens dele e de Alfredo.

A mesma idéia vale para o caso do velho da sua cidade natal. Quando percebeu o interesse do velho em economizar dinheiro, ofereceu-lhe o hotel mais barato que existia. Assim como João vendeu à sua patroa um gato que defecava dinheiro e ao cangaceiro uma gaita que ressuscitava mortos.

Ou seja, tanto Cancão quanto João Grilo manipulam suas próprias identidades e a dos outros com a) a intenção de escapar de alguma sanção prevista por ter desrespeitado determinadas normas sociais e b) para obter vantagens sobre seus interlocutores. Ambos objetivos os casos, o objetivo final é o exercício de sua liberdade individual e, como esta se

encontra muitas vezes em desacordo com as normas sociais, eles enganam para omitir suas transgressões.

Eles também fazem uso da mentira com o objetivo de c) vingar-se de pessoas que exercem poder sobre sua conduta. O delegado autoritário que resolveu enviar Cancão à Marinha é humilhado quando tem suas roupas roubadas e acaba demitido do posto devido a esta imprudência. Da mesma forma acontece com o cangaceiro e a patroa de João Grilo ou a negra que negou comida à Cancão.

Mas nem Cancão, nem João Grilo são verdadeiros revolucionários dos costumes e da moralidade de sua época. Ao contrário, ao observarmos os casos narrados, percebemos que em nenhum momento suas mentiras questionam a estrutura social que os obriga a mentir.

Ele age segundo sua própria moralidade na qual o mando deveria respeitar a dignidade daqueles que são mandados. João revolta-se pelo fato da cachorra da patroa ser mais bem alimentada do que ele. Cancão mente porque em sua casa não há comida ao mesmo tempo que encontra um velho com dinheiro suficiente para dormir em acomodações mais dignas mas não o faz devido sua avareza. No entanto, sua atitude só muda a situação presente e não a ordem social.

O mentiroso está jogando com seu interlocutor e sua aposta é sua reputação, sua credibilidade ou, em alguns casos, sua própria vida, contra uma oportunidade de salvar-se ou obter algum benefício. A decisão de contar uma mentira inicia-se no momento em que o indivíduo decide participar, agir. Ele faz uma aposta, espera algum momento para saber o resultado e descobre se receberá ou não seu prêmio.

Ele não sabe se realmente irá vencer, se as pessoas acreditarão em suas palavras, se sua mentira será ou não descoberta. Ou seja, existe uma fase de indeterminação sobre o

resultado e vai ser a astúcia e o autodomínio do mentiroso que vai determinar se ele conseguirá safar-se de uma situação problemática, que poderá ou não ter conseqüências futuras, inesperadas ou não.

Dominação e resistência: a mentira enquanto estratégia dos dominados

O ponto de partida e o cerne deste trabalho foram as entrevistas realizadas nas cidades de São Paulo e Bragança Paulista, durante o ano de 2000 e 2001. O objetivo inicial de realizar as entrevistas em duas cidades era estabelecer uma comparação entre os relatos de uma cidade pequena (cerca de 130 mil habitantes) com os relatos de uma grande metrópole como São Paulo, mas não foram encontradas diferenças significativas. Foram entrevistados, ao todo, 30 pessoas, doze na cidade de São Paulo e o restante em Bragança Paulista.

A quantidade de entrevistas foi considerada suficiente devido ao fato de anteriormente termos analisado dezenas de outros relatos⁷. Em todos os casos pudemos perceber uma mesma forma estrutural. De modo que a quantidade de casos tornou-se menos importante do que a qualidade dos relatos obtidos.

Aos entrevistados foram solicitados depoimentos sobre pessoas que mentiram para eles ou em sua presença e também relatos de situações em que os próprios entrevistados haviam contado uma mentira. Não esperávamos encontrar depoimentos de pessoas sobre elas mesmas, entretanto eles ocorreram e foram fundamentais para compreendermos o julgamento moral do seu uso.

⁷Em 1996, o pesquisador e mais seis colegas de graduação realizaram um trabalho de campo na cidade de São Paulo sobre histórias de mentira, para a disciplina Sociologia da Vida Cotidiana do curso de Ciências Sociais da USP. Aproveito a oportunidade para agradecer aos colegas Andréa Carolina Schvatz Peres, Cristiane A.F. da Silva, Maria Encarnación Moya Recio, Marcelo Daher, Mônica Dowbor da Silva, Vanuzia Almeida Rodrigues pelo material coletado e aqui também analisado e ao professor José de Souza Martins pela oportunidade.

Busquei, na maior parte das entrevistas, contextualizar o momento no qual a mentira ocorreu, obtendo informações sobre a situação em que a mentira foi contada, sobre a pessoa que contou, os motivos que o entrevistado acredita que a levaram a mentir naquele momento específico e os motivos pelos quais ela mente, se mentiu em outras situações lembradas pelo entrevistado.

É possível que alguns entrevistados tenham mentido durante a entrevista. Entretanto, a veracidade do relato não é relevante já que a análise baseia-se nas representações sobre os momentos e as situações típicas em que se conta uma mentira. A representação do entrevistado sobre determinados fatos é mais importante que a veracidade desse mesmo fato.

As entrevistas não abarcaram todas as situações nas quais se mente, como por exemplo, não temos entrevistas que envolvam médicos e pacientes. O que buscamos foi apresentar os casos mais freqüentes, selecionando os mais representativos. Veremos que há um ponto comum em todos eles, que é a questão da dominação. Porém, antes de analisarmos as diversas situações por nós encontradas, vamos discutir como ocorre a descoberta da mentira, os aspectos referentes aos contatos face-a-face e os motivos apresentados pelos entrevistados para que as mentiras tenham ocorrido.

Na sociedade judaico-cristã ocidental mentir tem uma conotação negativa muito forte e isto acrescenta algumas dificuldades à realização deste trabalho. Algumas pessoas simplesmente se recusaram a participar das entrevistas alegando que não conheciam nenhum mentiroso e que nunca mentiram.

Quando a pessoa abordada era um completo estranho para o entrevistador, o assunto era incômodo principalmente entre os entrevistados mais velhos. Como não sabiam exatamente do que se tratava, preferiam não participar e não ter seu nome envolvido em um

assunto tão delicado, mesmo tendo sido informados que o seu nome seria preservado. E os que participavam, literalmente mediam suas palavras para não se comprometer ou comprometer outras pessoas.

Em um dos casos, após alguma insistência do pesquisador, o entrevistado participou afirmando que não conhecia nenhum mentiroso e que nunca mentiu. Diante de tamanha mentira, ainda insistimos perguntando se seus filhos nunca haviam mentido para ele ou se no seu trabalho ele não teria conhecido alguém que houvesse mentido. Mesmo assim, ele manteve a posição inicial de nunca ter vivenciado uma situação em que alguém contou uma mentira.

Por outro lado, entrevistados mais jovens ou que tiveram um contato prévio com o entrevistador explicavam as situações e os motivos que os levaram a contar determinada mentira e também casos de outras pessoas que mentiram para eles ou em sua presença.

O julgamento dos entrevistados sobre a mentira estão diretamente relacionados ao fato do narrador ser o enganado ou a pessoa que enganou. Quando o entrevistado era o enganado, referia-se ao mentiroso de modo negativo. Quando era o enganador, fazia um julgamento moral positivo sobre o uso da mentira. Como na maioria dos relatos havia algum tipo de constrangimento entre os protagonistas da situação, não foi possível obter versões de um mesmo relato, ou seja, a versão do mentiroso e do seu enganado. Assim, a comparação deu-se através de situações semelhantes, mas com protagonistas diversos.

Mentiras contadas entre amigos

Nos relatos que obtivemos de situações ocorridas entre amigos, as mentiras versam sobre bens materiais ou simbólicos que o contador dizia ter. Em alguns dos casos coletados

apareceram encontramos as chamadas *mentiras de pescador*, ou seja, histórias inverossímeis como as de Alexandre e de Chico. Histórias de bravuras e proezas nas quais o contador da mentira é o agente principal e que não são possíveis de existirem na realidade. Em nenhum caso encontramos relatos em primeira pessoa deste tipo de mentira.

Um entrevistado, dono de bar, contou que sempre vem ao seu estabelecimento um sujeito que adora contar essas mentiras. Num desses dias, ele contou que foi a uma pescaria e derrubou sua caneta no rio. Ele pulou para pegá-la, mas não conseguiu. Após alguns dias, voltou ao mesmo local para pescar e quando limpava um dos peixes, abriu-o e encontrou sua caneta nas entranhas do peixe. Além desta, contou a história do sujeito que estava cortando uma porca ao meio quando metade do animal fugiu. Passado alguns dias, voltou ao terreno de sua casa a metade da porca com vários porquinhos, também pela metade.

A maioria dos relatos obtidos era sobre mentiras do segundo tipo ideal (mentiras de malandro) e é sobre elas que nos deteremos. Neste tipo de relato, o mentiroso mente a seu próprio respeito, afirmando possuir capitais sociais que de fato não possui, mas sempre buscando a verossimilhança. Em um dos relatos, o entrevistado disse que um grupo de amigos estava sentado numa mesa de bar conversando sobre as garotas com quem tinham “ficado” na noite anterior e sobre as que possivelmente ficariam naquela noite.

Um dos participantes disse ao grupo que havia ficado com uma garota na noite anterior e havia dormido com ela. Como prova, ele apresentou um pé de meia feminino. O entrevistado não acreditou no sujeito porque viu o mentiroso no bar com outros colegas na hora em que ele disse estar com a menina. Segundo o entrevistado, seu colega mentiu porque *“Ele precisa mostrar as coisas pra achar que ele é alguma coisa. Acho que ele se sente muito inferior às outras pessoas. Esse eu acho... é o motivo que eu vejo. (...)Ele*

mesmo acredita então, ele acha que todo mundo acredita. Se vê que tem histórias que ele não esquece, história que ele contou 4, 5 anos atrás e ele conta para você.”

Aqui temos apenas a versão do entrevistado e em nenhuma entrevista alguém disse ter mentido devido a sua baixa auto-estima. Entretanto, se compararmos esse caso com o caso do Beto (ver capítulo 1), percebemos algumas semelhanças. A primeira dela é que ambos tratam do que poderíamos chamar de uma dominação ideológica. Mas até que ponto ela é pura alienação? Ou será que essa dominação ideológica pode também ser uma estratégia de fato?

Mentiras contadas em situações de paquera

Os casos de paquera e conquista aproximam-se na forma e no conteúdo das mentiras contadas para amigos. O mentiroso apresenta-se como portador de capitais sociais que não possui, diz ser uma pessoa rica, experiente, solteira, etc. Visando conquistar determinada pessoa, o “mentiroso” usa aqueles elementos que, como disse um entrevistado, “funcionam”, “seduzem”.

Um dos entrevistados contou que sempre mentia quando ia a uma discoteca em uma cidade vizinha a sua. Para chegarem ao local, eles emprestavam o carro da marca BMW do irmão de um deles e, após exibirem-se com o automóvel, compravam um camarote e traçavam a estratégia de conquista.

O local era apropriado para isso, pois a entrada dos automóveis ficava ao lado da fila da bilheteria, de forma que, ao pararem com o carro no estacionamento exclusivo da discoteca, eram observados por todas as pessoas que esperavam na fila e haviam estacionado o carro em outro local.

Dentro da discoteca os freqüentadores que compravam o camarote eram identificados e distinguidos através de uma pulseira fluorescente presa no braço de cada um. Segundo o entrevistado, como eles iam bem vestidos, com carro importado, alugando camarotes, a conquista ficava mais fácil. Apesar de extenso, o depoimento é um excelente caso para observarmos a teatralidade do ato de mentir, pois o entrevistado até realizava reuniões de ensaio para melhorar a performance da apresentação do grupo.

A estratégia consistia em, depois de chegar ao camarote, não olhar para nenhuma garota, fazer-se de difícil. *“É isso, foi eu que falei.... Era tudo discutido. Eu falei: “Mano, não adianta ficar olhando. Porque se a gente ficar procurando...elas não vão..” Elas vão falar... “É, esses caras tão pagando de gatão, mas não são bosta nenhuma.” Então tem que ser folgado, folgado no máximo. Já que o Junior é folgado...tem a cara de pau de fazer isso (mentir), foda-se. Agora vamos ter que ser os playboys. Senão você acaba virando os babacas. Você chega fechando a capota, abafando.. chega lá dentro e fica bêbado caído? Não dá certo! (...)*“O camarote fica na beira da pista assim...daí ficava a gente sentado.. cada um com um copo de uísque, os três trocando idéia....três celular na mesa, três carteira na mesa...Era tudo uma cena... A gente planejava... a gente ficava a semana inteira.. planejava a situação, não as mentiras do Junior. O Junior viajava na maionese, uma vez era presidente da Johnson, outra vez era...(...)Daí o que acontecia? As meninas ficavam tudo pagando no camarote e a gente tudo lá trocando idéia e a gente não olhava.

Tinha aquele pacto, nessa hora não podia olhar. Só os três trocando idéia. Então as minas passavam e tava os playboy não dando bola pra nenhuma, não tava nem aí pra nada, entendeu? Daí você instigava até uma e meia da manhã. Daí ia pra ação: “Pronto, beleza galera? Vamo então? Vamos.” Aí a gente ia pro banheiro do camarote. Ia pro banheiro do camarote, entrava, arrumava o cabelo, tal, se ajeitava, deixava tudo

direitinho. Sempre no bolso um vidrinho... cada um com um perfume..passava perfume e “vamo embora. Vamos pra caça”

O problema foi que um deles passou a “ficar” várias vezes com a mesma garota, conheceu seus pais, e passou a freqüentar sua casa junto com o entrevistado e outros amigos, chegando a apaixonar-se por ela. Quando foi questionado sobre o porque eles não contaram a verdade à garota, o entrevistado disse que a garota foi sincera desde o início e não aceitaria tantas mentiras.

O que neste relato é contado como esperteza, é interpretado de outra forma no relato da vítima de uma situação semelhante. Uma das entrevistadas é uma jovem vítima deste tipo de mentira. Ela estava no local de encontro nos finais de semana de boa parte da juventude de classe média de sua cidade e já era tarde quando apareceu um rapaz.

Segundo a entrevistada, começaram a conversar e ele disse ser de São Paulo e trabalhar com seu pai numa empresa da família. Ela acreditou pois *“pela maneira que ele se identificou.. de família boa...não é nenhum maloqueiro por aí, né?”*, acabou ficando com ele naquela noite.

Passaram-se dois dias e ela foi ao banco da cidade. Encontrou-o montado numa motocicleta trabalhando de motoboy. Ele, envergonhado, pediu desculpas pela sua atitude e, segundo a entrevistada, não foi tão grave porque eles ficaram apenas aquela vez. Segundo ela, ele mentiu *“(...) pra ele não perder a noite, eu acho.. ele....então a gente ficou junto, tudo, mas com essa mentira, né”*. Segundo ela, pessoas que mentem dessa forma são pessoas que *“usa[m] a mentira para ela crescer em cima daquilo...pra esconder a realidade dela. (...) [são pessoas com] (...)carência, eu acho. Porque se ele tava querendo ficar com alguém aquela noite, ele usou isso como uma arma... um ponto de conquista dele. Porque ele achava que me conquistou, né”*.

Mentiras contadas dentro do casamento

Os relatos desta categoria caracterizam-se pela imposição de uma determinada ordem por uma das partes do casal, um aparente consenso e em seguida o descumprimento da ordem pela outra parte, além de casos de adultério. Dentre os relatos obtidos de homens, a proibição de sair com amigos ou comprar produtos não autorizados pela mulher foram alguns dos casos encontrados.

Em todos, as esposas aparecem como portadoras de grande autoridade. Porém, essa autoridade é burlada pelos maridos que, aparentemente, admitem e legitimam o poder feminino, ao mesmo tempo em que o desrespeitam secretamente.

Pessoas casadas, que possuem relacionamentos fora do casamento, utilizam-se da mentira para garantir segredo sobre práticas não admitidas pelo(a) parceiro(a). As mentiras mais comuns para encobrir este tipo de prática são, por exemplo, o carro quebrado, trabalho além do horário normal.

O que podemos observar nos relatos de mentiras contadas dentro do casamento é que elas existem no relacionamento cotidiano da família e o principal motivo para mentir é evitar conflitos entre o casal.

Em um dos relatos fica patente o poder da esposa. A entrevistada era a única da família que possuía emprego e sustentava o marido e seu irmão. O trabalho era mais ou menos próximo do local de sua residência. Porém, dentro do seu horário de almoço, não era possível ir até sua casa, comer e voltar para o trabalho a tempo.

Então, ela pedia para que o marido levasse sua comida ao trabalho todos os dias. Segundo Carla, havia dias que ele ficava dormindo até tarde e se esquecia de fazer o almoço. Quando ela voltava do trabalho e perguntava porque ele não havia levado a

marmita, ele afirmava que tinha ido procurar emprego e por isso não havia tido tempo de fazer o almoço.

Para ela isso não passava de mentira porque sabia, através das vizinhas, que ele ficara dormindo até tarde ou ia ao vizinho assistir televisão: *“Aí eu chego e falo assim: “Rapaz, largue mão de ser mentiroso. Todo mundo tá de prova que você ficou o dia inteiro sem sair de casa. Desde quando você levantou sete horas, na hora que eu fui trabalhar?”*

Segundo ela, ele mente. *“Ele mentiu porque tem um pouco de medo de mim, entendeu. Eu falo... esses dias eu falei pra eles assim: Eu vou sair de casa porque vocês tão muito vagabundo. Só eu trabalhando dentro da casa não dá certo. Faltando as coisas dentro de casa não dá certo. Vocês também têm que se virar, não vou ficar me virando pra sustentar três marmanjos dentro de casa, assim”.*

Em outro relato, o entrevistado narrou em primeira pessoa, como burlou a autoridade da mulher e a enganou para comprar uma serra elétrica..Eles se encontraram no meio do dia para comprar alguns itens domésticos. Durante a compra, o entrevistado atravessou a rua e, em outra loja, encontrou uma serra que desejava comprar.

Conversou com a esposa sobre o assunto e ela o convenceu a não realizar a compra devido à situação financeira do casal. Ele concordou e passaram-se alguns dias até que ele apareceu em sua casa com a serra. Disse à esposa que realizou uma troca com um amigo e , de acordo com ele, ela aparentemente acreditou.

Mentiras contadas em situações familiares

Nas histórias de mentiras contadas para os pais encontramos mais uma vez a autoridade que é aparentemente aceita para, no momento seguinte, ser desrespeitada.

Namorar escondido, brincar com canivete do pai ou sair escondido com as amigas são algumas das situações em que encontramos o uso da mentira.

Uma entrevistada contou que, antes de se casar, dizia a seu pai que ia à igreja e saía com seu namorado escondido. *“Ah, eu ia muito pro lago no final de semana aí eu chegava de madrugada e eu mentia para ele. Eu falava que ia pra igreja, assim... saia da igreja e ia pro lago. Aí ele falava, tudo bem, pode ir mas vem tal hora. Aí ele tava deitado assim... eu chegava, guardava minha roupa na estante, na sala... aí ele tava no quarto e perguntava. “Vanessa que horas são?” As vezes era duas, três horas e eu falava que era meia noite. Aí ele falava: “Você chegou agora?” “Cheguei”. E ele via eu de pijama quando entrava no quarto, entendeu?”*

Porém nem sempre foi possível enganá-los. Numa de suas tentativas, ela contou que seu pai a seguiu até a discoteca, entrou e fez com que viesse embora na hora por ele determinada. Houve relatos de casos semelhantes a esses envolvendo outros parentes, como os avós.

Outra entrevistada contou que quando começou a sair com seu atual namorado, eles se encontravam na frente da casa de sua avó. Desconfiada, a avó perguntou quem era o rapaz que estava na sua porta quase todas as noites. A neta disse que era um amigo e só mais tarde contou à avó que ele era seu namorado. Segundo ela, ela mentiu porque sua avó não entenderia que ela estava apenas ficando com o menino. *“Ah, porque o que ela ia falar? — Ficar o que? Namora logo de uma vez.... Daí até que ele pediu em namoro. Mas, tem dia que quero sair passear (risos) com ele... e falo com a minha avó que eu vou comer lanche, vou pra pizzaria...(...) ela já tá desconfiada, né? Eu falo que vou sair, mas nós fica conversando, né (risos). Aí minha avó fala assim: “Nossa quê demorou tanto?” Aí eu falo*

assim, “Não, é que nós fomos comer lanche.”(...) Antes eu mentia, mas agora eu não minto mais”.

Em outro relato, a entrevistada contou uma mentira de seu filho, no entanto, a situação não era semelhante. O garoto foi à casa de uma amiga e levou o canivete do pai escondido. A mãe da garota percebeu e perguntou a ele onde havia conseguido a arma. Ele respondeu que seu pai o deixou usá-lo. Desconfiada, a mãe da garota pegou o canivete e telefonou para a mãe do garoto que o desmentiu e ainda o colocou de castigo.

Mentiras contadas no trabalho

Mentiras contadas para o patrão têm como objetivos principais a resistência ao trabalho diário e a dissimulação de alguma falha no serviço. Na maior parte dos casos a mentira foi contada porque havia um interesse maior em jogo. Encontros com o namorado, cansaço físico do trabalho ou pular carnaval são alguns dos motivos apresentados pelos entrevistados. A doença de familiares ou do próprio mentiroso é o tema mais comum neste tipo de situação.

Mas não é apenas para realizar outras tarefas, consideradas mais importantes, que as pessoas mentem. No próprio trabalho, é comum encontrarmos histórias sobre mentiras usadas para encobrir erros ou faltas cometidas durante o serviço.

Um entrevistado, gerente de produção de uma metalúrgica, contou que numa manhã um de seus funcionários telefonou para o trabalho pedindo para entrar uma hora atrasado. O entrevistado disse que não seria possível e o empregado argumentou que possuía horas no banco de horas da empresa.

O entrevistado explicou como funcionava o banco de horas e reafirmou que ele havia perdido o dia de trabalho. O empregado, então, marcou uma consulta médica alegando estar com dor de garganta e conseguiu um dia de afastamento do trabalho.

O gerente descobriu que o empregado tentou “agir de má fé” quando soube que o médico fora marcado após o horário de trabalho. “(...) [ele] foi, marcou consulta, mas só que pras seis e meia da tarde. Aí no dia seguinte ele chegou com um atestado de ...do dia anterior que faltou porque tava doente. Aí eu chamei ele, falei que o atestado dele não seria aceito porque ele tinha me enganado.”

Uma outra entrevistada foi um pouco mais longe para não ter que trabalhar num domingo à noite. Foi para o hospital, alegando estar com disenteria depois de ter comido camarão. “Só que ninguém mais passou mal. E aí eu tive essa idéia, como ele (o namorado) passou mal, eu fui pro hospital e falei que era eu que tava passando mal, porque eu sabia que diarréia o médico não tinha como controlar se eu tava com diarréia e vômito mesmo. Aí eu cheguei lá e sabia que o remédio que ele ia me dar era soro. Então eu cheguei no hospital, falei pro médico que eu estava vomitando, com diarréia, que tinha comido camarão e tinha me feito mal. Aí o médico me examinou, apalpou a barriga e eu falei que doía. Aí ele me deu soro e aí eu fiquei em casa e não fui trabalhar.”

Mentiras contadas em situações comerciais

Como o relacionamento seja ele com clientes, compradores ou fornecedores, é marcado pela distância social no sentido de que não há entre as partes qualquer tipo de relacionamento além do profissional e de, na maioria das vezes, acontecer num cenário fixo, as mentiras tornam-se mais reveladoras.

Em todos os casos anteriormente apresentados, o mentiroso, o entrevistado e a vítima das mentiras possuíam um grau de relacionamento que ultrapassava o momento da mentira, incorporando outras situações e, portanto, outros cenários e papéis sociais à situação narrada. Podemos dizer que, nesses casos, existe uma vigília ou pudor no sentido de respeitar minimamente as regras e não prejudicar diretamente a vítima, uma vez que há um convívio maior entre as partes. Mas nas mentiras contadas em situações comerciais essa relação é alterada.

A mesma entrevistada que enganava seu pai para namorar vendia planos funerários e recebia o salário baseado em comissões. Quando saía para trabalhar, oferecia os planos dizendo que o comprador teria direito à assistência odontológica gratuita oferecida pelo plano. Porém, o plano oferecia apenas desconto no valor das consultas e não atendimento gratuito.

Questionada sobre porque mentia, disse que ao oferecer serviços gratuitos além do plano funerário, ficava mais fácil realizar a venda. *“Eu falava assim: “Você tem plano odontológico...de graça” e não era de graça, era desconto, entendeu? É eu mentia também porque eu sabia que não era de graça”*.

Mentiras contadas para instituições

Nesta categoria de relatos agregamos todas as histórias nas quais as vítimas da mentira exercem profissões que, de alguma forma, funcionam em locais determinados e a partir de regras estabelecidas e conhecidas por todos, como gerentes, caixas de banco, seguranças, policiais, garçons, professores, cabeleireiros, dentistas, juízes. O principal

elemento deste tipo de relato é a autoridade profissional da vítima e o fato da mentira ter sido contada no seu local de trabalho.

Uma das entrevistadas trabalha como supervisora de alunos de um colégio. Num dia de trabalho, foi chamada para tratar de um possível curto-circuito numa sala de aula. Constatado o cheiro de queimado, pediu que os alunos se retirassem para que os funcionários da manutenção pudessem trabalhar. O problema foi que logo após o intervalo a mesma turma em outra sala percebe o mesmo cheiro de queimado. Assim, ela descobriu que se tratava de uma armação para eles não assistirem aulas. *“(...)Eles acharam uma espécie de borracha e eles queimavam debaixo da carteira no meio da aula e daí eles mesmo diziam ... era calor e o ventilador estava ligado. Eles diziam que o ventilador estava pegando fogo, tava queimando. Eles mesmo que estavam queimando. Eles fizeram isso numa classe primeiro. Eles tumultuaram toda a aula, a professora chamou, falou que ia pegar fogo, entendeu? Conseguiram parar a aula. Só que eles se empolgaram tanto com a situação que na aula seguinte eles fizeram na outra classe e aí eu comecei a perceber que a coisa estava acompanhando aquela turma. Essa foi simplesmente para tumultuar, parar a aula.”*

Uma outra entrevistada contou que, certa vez, jogou o material escolar da colega que estava cabulando aula pela janela do segundo andar da escola mas material caiu no parapeito do primeiro andar, na janela da sala dos professores. Para evitar a sua punição e a da outra colega, ela disse ao diretor da escola que estava brincando na sala e o material foi atirado sem querer. Segundo ela, como era uma boa aluna, o diretor acreditou.

Apesar de não se tratar de uma mentira contada face-a-face, a mesma entrevistada que foi ao hospital e mentiu estar com diarreia, quando esteve grávida, mentiu ao plano de saúde com a ajuda de seu médico. O plano cobria apenas três exames de ultrassonografia e,

apesar deles já terem sido realizados, ela ainda não sabia o sexo do bebê. Então, com a ajuda do médico pediu uma autorização para realizar novos exames *“Mas como eu não tinha conseguido ver o sexo do bebê, eu queria fazer mais, né? E aí o médico colocou lá. Eu pedi para ele e o meu ginecologista colocou lá no pedido de exame que eu tinha tido um problema e por isso ele precisava fazer mais um ultra-som pra ver se tava tudo bem. E aí o plano de saúde pagou.”*

Podemos observar que, em todos os casos citados, a pessoa que mentiu sabia da obrigatoriedade de agir de determinada maneira, algumas vezes contra a própria vontade como procurar emprego quando desempregado, namorar “sério” ao invés de “ficar”, trabalhar direito ao invés de esconder as falhas, não faltar no serviço para passear, mas mesmo assim, na prática, ao “mentirosos” agiam de forma contrária a todas essas determinações, visando obter benefícios ou escapar de possíveis punições. Há uma clara oposição entre o querer do sujeito que mente para preservar sua liberdade e a obrigação de respeitar as regras sociais impostas e nem sempre aceitas como legítimas. Nenhum entrevistado afirmou que se deve mentir, que a mentira é boa. Alguns diziam apenas que, às vezes, ela é necessária.

Antes de analisarmos os casos acima descritos precisamos compreender os elementos que operam neles, a teatralidade no uso da mentira, o processo através do qual as pessoas se descobrem como atores na vida social.

Para isso abordaremos os principais tópicos referentes aos processos interativos face-a-face. Nosso propósito é demonstrar como se dá a descoberta da mentira e os motivos apresentados pelos entrevistados para que ela tenha ocorrido. Assim, estaremos em condições de demonstrar a relação político-identitária envolvida em seu uso, pois quando observarmos quem são as vítimas das mentiras passamos a entender sua relação com a

dominação e o poder. Em todos os casos, as pessoas para quem a mentira foi endereçada possuía um contato com o mentiroso, tinha conhecimento sobre ele e também exercia certa influência sobre suas atitudes.

Descobrimo a mentira

Descobrir que alguém esta mentindo pode parecer algo extraordinário, como se o descobridor estivesse lendo a mente do sujeito que mentiu. Entretanto, diariamente descobrimos pessoas mentindo e não nos consideramos mágicos por isso. Já definimos o que consideramos uma mentira. Agora falaremos do que ocorre quando uma mentira é descoberta. Esse processo é realizado por nós cotidianamente sem nos darmos conta disso, de que a todo o momento estamos fazendo inferências sobre as coisas e os outros.

Algumas pessoas entrevistadas afirmaram que através do olhar da outra pessoa seria possível descobrir se ela estava mentindo ou não. Já outras apresentaram provas de que o que lhes foi dito não era verdade, uma vez que a pessoa possuía elementos materiais que comprovavam a mentira. Por exemplo, o sujeito que disse ao entrevistado que saiu com uma garota na noite anterior mas havia sido visto por ele, conversando com os amigos em um bar no mesmo horário.

Outro exemplo é o da professora que percebeu que os alunos haviam armado para que ela pensasse que o ventilador estava pegando fogo e assim ficassem sem aula.

Eles certamente não acharam que sua professora fosse uma leitora de mentes e também não se impressionaram com o fato dela conseguir descobrir a mentira em que tentavam fazê-la acreditar. Mas de que forma ela chegou a essas conclusões? Ao responder esta pergunta, compreenderemos como muitos dos entrevistados chegaram à mesma

conclusão em relação a outras pessoas, ou seja, de que o que estava sendo dito a eles era uma mentira.

Somos capazes de descobrir uma mentira na medida em que todos nós podemos fazer afirmações sobre acontecimentos que não presenciamos. Pelo fato de serem sequenciais em sua realização (Sacks,2000:66), podemos inferir sobre sua realização a partir da forma como eles normalmente se desenvolvem e, por isso, podemos questionar se de fato eles se passaram como nos foi explicado.

Ao ser informada que havia um segundo ventilador pegando fogo, a professora pode construir as possíveis variáveis sobre o que aconteceu. Entre elas estava a possibilidade do cheiro de queimado ser uma brincadeira dos alunos. Ao ficar sabendo que o incidente havia acontecido em uma sala diferente, ocupada pela mesma turma, ela pode construir outras possibilidades.

Dois incidentes no mesmo dia com a mesma turma foram elementos suficientes para ela concluir que o curto-circuito havia sido forjado. Existe, neste caso do curto-circuito, uma seqüência de acontecimentos que pode ser apresentada da seguinte maneira: 1) Os alunos sentem cheiro de queimado e dizem que suspeitam de um curto-circuito no ventilador, 2) a manutenção é chamada, 3) na aula seguinte, a mesma turma reporta um curto-circuito em outra sala e 4) a professora confronta a turma que “confessa” a armação.

Entre o momento em que a manutenção é chamada para verificar o problema (2) e o curto-circuito seguinte (3), a professora pode descobrir a mentira. Isto foi possível porque ela sabe quais as possíveis razões para um incidente ocorrer duas vezes com a mesma turma. Ela buscou em seu estoque de conhecimentos as possibilidades sobre o que poderia estar acontecendo, tipificando as ações dos alunos.

Quando se trata de uma variedade de ocorrências possíveis, existe uma ordem de profundidade (*ibid.*:68) a partir da qual a professora pode construir a lista de motivos que a levaram a chegar àquela conclusão. Ao encontrar-se em tal situação, ela ofereceu a si mesma essa lista como um ensaio e depois insistiu numa opção que de fato estava certa.

Os alunos poderiam dizer que ela estava enganada, que havia de fato outro curto-circuito. Entretanto, continuar mentindo agravaria mais a situação, já que uma inspeção na classe poderia descobrir a carteira na qual a borracha que estava sendo queimada embaixo, fazendo com que os alunos responsáveis fossem punidos pela mentira.

O fato de saber as razões possíveis para um cheiro de queimado na classe, permitiu a ela encontrar o sentido para o que de fato havia ocorrido. Mas a sua conclusão ainda se apoiou na relação entre professor e aluno, que implica uma identidade a cada um e que, como podemos observar, está a todo momento em negociação.

Quando ela confrontou a classe, caso os alunos continuassem sustentando a versão do curto-circuito, teriam cometido duas ações que o desabonariam e que certamente trariam outras sanções. Armar para não assistir aula já é um “desvio” do que é esperado dos alunos, mas sustentar a mentira agravaria ainda mais situação.

O estudo da mentira envolve exatamente a discussão sobre as identidades que se constroem nos contatos que temos com outras pessoas, imediatos ou não, com obrigações e direitos para ambos os participantes, e a possibilidade de agirmos de acordo com eles ou não.

Ao agirmos, sabemos que os outros podem observar nossa ação e parte da construção de nossa identidade vem justamente desta observação. Assim, quando um encarregado entra numa linha de produção, mesmo aquele que já está trabalhando no ritmo esperado pela empresa, faz questão de aumentá-lo para deixar explícito ao seu superior que

“está trabalhando”. Goffman (Goffman,1998) relata casos semelhantes. Em hospitais psiquiátricos estudados por ele, havia enfermeiras que, quando percebiam a visita de um médico ou familiares do doente, também faziam questão de aparentar estar trabalhando, além de apresentar seus pacientes e o local onde ficavam com uma aparência fora do normal, dramatizada.

Voltando ao nosso exemplo, a forma como a professora chegou à conclusão de que o que lhe era dito era uma mentira baseia-se no fato de que a explicação apresentada pelos alunos era menos convincente do que a que ela própria construiu em sua mente.

A explicação dos alunos não a convenceu e por isso ela buscou uma explicação mais plausível. Dois curtos-circuitos num mesmo dia envolvendo a mesma turma de aluno, é pouco provável que ocorram. Já a explicação de que alguém queimou uma borracha na sala possuía algum sentido.

Para Harvey Sacks (*ibid.*:75), o procedimento através do qual chegamos à conclusão de que aquilo que nos está sendo dito é uma mentira é o inverso do procedimento científico. Ou seja, no caso da ciência, quando nos deparamos com um fato que se sucedeu, procuramos explicá-lo em suas causas e conseqüências. Já no caso da mentira, quando há várias explicações concorrentes, podemos dizer que apenas uma delas é verdadeira, se apenas uma possui explicação verossímil, passível de ser provada.

Vejamos o caso de um trabalhador que faltou ao trabalho. Ao ser questionado pelo seu chefe sobre o motivo que o levou faltar, ele respondeu dizendo que foi tomar uma vacina porque estava com muitas dores no corpo.

O chefe afirmou que tal declaração era mentirosa baseado no fato de que no dia anterior o empregado não havia apresentado qualquer sintoma que indicasse dor e também porque nunca ouvira falar de vacina contra dor. Ou seja, a explicação dada pelo empregado

não o convenceu. Mas caso tivesse reclamado de dores durante o serviço no dia anterior, o chefe poderia chegar a uma conclusão diferente.

Segundo Sacks, nos casos de possíveis mentiras, nós elegemos entre os distintos fatos apresentados, segundo a presença ou ausência de uma explicação. *“Al menos en esta sociedad, lo hechos y las explicaciones tienen una relación de ida y vuelta. Es decir, no es que si algo ha ocurrido, eso plantea o problema de “construir una explicación”, sino que la noción que mantienen las personas sobre os hechos posibles es que son posibles los hechos para los que hay una explicación (...) Dado que lo que propone como explicación no podría ser una explicación, entonces no ha ocurrido”*(*ibid.*:80).

Para avançarmos na nossa análise, necessitamos conhecer os motivos que os entrevistados apresentaram para terem mentido ou terem sido vítimas dela. Caso contrário, não será possível construir o entendimento sobre o uso da mentira nas relações sociais. Saber que se mentiu é importante, mas é mais importante saber o porque, para quem e em que situação se mentiu.

A partir dos motivos podemos compreender o significado subjetivo dado à ação pelo sujeito que mentiu naquele determinado momento. Nem sempre as pessoas estão dispostas a relatar os motivos que as levaram a contar uma mentira. Mas, apesar de não sermos capazes de ler a mente dos outros, podemos ao menos colocarmo-nos em seu lugar.

É verdade que existem entrevistas em que a pessoa relata casos em que ela mesma mentiu e eles situam-se numa posição oposta aos casos em que a pessoa relata mentiras contadas por outras pessoas, para si próprias ou para terceiros. Temos, portanto, os motivos apresentados por pessoas que admitiram ter contado uma mentira e também de pessoas que inferem sobre o significado da conduta de outros a partir de suas próprias experiências.

A motivação apresentada por terceiros poderá ser usada se nos basearmos no fato de que partilhamos um mundo comum. Para Schutz, o mundo em que vivemos é “*um mundo intersubjetivamente compartilhado com meus semelhantes, vivenciado e interpretado por outros*” (Schutz:1979,159). É nele que encontramos o significado de nossas ações e, principalmente, da ação dos outros.

Além disso, atribuímos às outras pessoas uma vida psíquica própria, que existe por detrás dos movimentos observados. O conhecimento do Outro, segundo o autor, só é possível através de eventos que ocorrem ou são produzidos por seu corpo (*ibid.*:160). Portanto, não é gratuito que a resposta de muitos entrevistados sobre como descobriram a mentira basei-se no fato de terem percebido-na pelo olhar do mentiroso. Também poderíamos acrescentar sua respiração, suas mãos, sua cabeça etc. Entretanto, ainda assim não chegamos aos motivos que levaram alguém a mentir.

Vivendo num mesmo ambiente de comunicação, apesar das pessoas formarem pontos de vistas subjetivos diferentes, todos os objetos e eventos são percebidos por todos que os presenciam. Ao termos consciência da existência do outro e ele da nossa existência, passamos a partilhar de um mesmo tempo e espaço imediato, tornamo-nos aptos a realizarmos uma compreensão mútua de nossas atitudes.

Para Schutz, isto é possível graças à tese geral do alter ego (Schutz,1979). “*Essa corrente de pensamento que não é a minha revela a mesma estrutura básica da minha própria consciência*”. Assim como tenho acesso à corrente de pensamento do Outro, no presente vivido, ele também tem acesso à minha corrente. E cada um de nós tem acesso à sua própria corrente de pensamento através da reflexão.

De fato, a intenção é sempre subjetiva e na maioria das vezes acessível somente ao ator, quando este se pergunta porque agiu de determinada maneira. Mas como sua corrente

de pensamento possui a mesma estrutura básica que a minha e como somos membros da mesma sociedade, “*posso projetar na imaginação o motivo “a fim de” de sua ação como se fosse o meu próprio motivo e então usar a fantasia desta ação como um código através do qual interpreto a experiência que o outro vivencia*” (ibid.:173)⁸.

Assim, nas situações face-a-face, o entrevistado pode descobrir o motivo pelo qual determinada pessoa mentiu, colocando-se no seu lugar no momento de sua ação. Ou seja, como partilha com ela o mesmo contexto de significado, descobre, graças à tese geral do alter ego, os motivos subjacentes de sua ação.

Aqui, na partilha do mesmo tempo e espaço, enquanto um fala, outro o ouve e ao ouvi-lo, toma conhecimento do significado das palavras que lhe são ditas. Além disso, por partilhar do mesmo presente vivido e estar em sintonia com seu interlocutor, é capaz de conhecer os significados subjetivos daquele que fala, é capaz de descobrir que motivos o levaram a dizer exatamente aquelas palavras e não outras e em outra seqüência. Para chegar ao significado subjetivo do meu interlocutor, “*tenho que figurar a sua corrente de*

⁸ Os motivos apresentados pelos entrevistados para alguém ter mentido em sua presença podem ser divididos em duas categorias analíticas chamadas ‘motivos a fim de’ e ‘motivos porque’ (Schutz.1979). Os ‘motivos a fim de’ dizem respeito ao objetivo em função do qual a ação foi levada a cabo. Esta categoria de motivos só se revela ao observador quando ele se pergunta sobre qual o significado que o ator atribuiu à sua ação. Já os ‘motivos porque’ remetem a experiências passadas. Foram essas experiências que determinaram que o sujeito agisse como agiu. (Ibid.:125).

Enquanto os “motivos porque” só podem ser buscados reflexivamente, após a ação, os “motivos a fim de” remetem às situações imediatas pelas quais uma ação foi tomada. Por exemplo, um entrevistado contou-nos sobre um colega que dizia sair com várias garotas.

Numa mesa de bar, quando todos discutiam sobre as garotas com as quais cada um ficou na noite anterior, ele (o mentiroso) disse que após os deixar, tomou mais algumas cervejas, saiu com o carro, encontrou uma garota na rua e “ficou” com ela. Como prova do encontro, mostrou um pé de meia feminino.

Como ele sempre conta “vantagens” como essa, os colegas não tiveram o trabalho de questionar como ele poderia encontrar uma garota às três horas da manhã, na rua! Segundo o entrevistado, ele contou essa mentira para “não ficar por baixo”, afinal, todos saíram com garotas na noite anterior, menos ele. Este seria o motivo “a fim de” de sua mentira. E quando o entrevistado respondeu que ele sempre contava essas “vantagens”, disse que ele assim fazia porque ele era muito feio, gordo e que as garotas não queria saber de ficar com ele, a não ser por causa do seu carro (motivos porque).

Nem sempre os entrevistados relataram casos em que eram explícitos os ‘motivos a fim de’ e os ‘motivos por que’. Mesmo assim, durante a análise levamos em consideração esta separação de motivos apresentada por Schutz.

consciência como se ela estivesse correndo lado a lado com a minha (...) tenho que interpretar e construir seus atos intencionais enquanto o outro fala”(ibid.:183).

Vivendo dentro de um mesmo contexto de significados, *“enquanto olho seu rosto e seus gestos e ouço o tom da sua voz torno-me consciente de muito mais do que aquilo que ele (outro) está tentando deliberadamente me comunicar” (ibid.:186).*

Isto é possível porque toda comunicação face-a-face estabelece-se de uma forma assimétrica (Goffman,1985). De um lado, o sujeito expressa verbalmente suas idéias e sentimentos de modo consciente. De outro, existem aspectos da conduta que não são totalmente controláveis. Há uma expressividade paralela à emissão das palavras, baseada nos gestos, que podem ou não estar de acordo com o que é dito, conforme observou um entrevistado.

O “mentiroso”, assim como as pessoas de uma maneira geral, tem consciência do que está sendo comunicado e tenta fazer o outro participante da interação acreditar exatamente naquilo que ele deseja que o outro veja ou entenda como sendo o que ele está pensando naquele momento. No entanto, o observador/ouvinte é capaz de observar e analisar os elementos transmitidos e controláveis, mas também os elementos emitidos e não controláveis.

Uma forma de dar maior validade às afirmações falsas dadas consiste em usar esses aspectos não controláveis do comportamento expressivo (como os gestos, o olhar e o rosto de uma maneira geral), como prova daquilo que está sendo transmitido através das palavras (*ibid.:16*). Ou seja, se alguém tem interesse em enganar seu interlocutor a respeito, deve fazer parte da sua estratégia o domínio dos aspectos não totalmente controláveis. Isso exige grande domínio de si, deve-se controlar tiques, temores, crise respiratória ou sudorese.

Para ser um bom mentiroso, é fundamental estabelecer uma correspondência entre o que é dito e o que é expresso através dos gestos. No entanto, nem sempre consegue-se uma correspondência simétrica. Um caso que ilustra adequadamente o desencontro que pode ocorrer entre o gesto e a fala é do ex-presos político Aparecido Galdino Jacinto, preso em 1970.

Aparecido vivia na Alta Araraquense quando iniciaram-se os conflitos de terra na região. Nessa época, os fazendeiros contrataram pequenos arrendatários para trabalhar em suas terras plantando capim em troca do direito de plantarem seus roçados. Logo que o capim começou a crescer, os fazendeiros passaram a expulsar os trabalhadores de suas terras.

Galdino, que era benzedeiro e, diante dos conflitos, tornou-se um líder popular e religioso, apoiava os trabalhadores e os recebia para rezas em sua casa. Segundo Martins (Martins,1985), ele traduziu o problema político da terra numa questão religiosa e, devido à sua atuação, ficou na prisão acusado de recrutar um exército.

Na Justiça comum foi absolvido, mas, na Justiça Militar foi considerado inimputável e, foi recolhido a um manicômio, em que ficou por seis anos. Foi considerado pelos médicos um “esquizofrênico-paranóide” e não propriamente um preso político. Um dos pareceres dos médicos que o avaliaram e decidiram mantê-lo preso por mais tempo, dizia que ele: *“tem um sorriso um tanto inadequado, que sempre ostenta, mesmo dialogando sobre fatos graves”* (Apud Martins,1985:125).

Segundo Martins, os psiquiatras confundiram “esquizofrenia-paranóide” com um traço comum da cultura caipira que consiste na utilização de vários códigos de linguagem simultâneos e contrapostos. *“E o que ele quer dizer de fato não vem de cada um dos códigos em particular, mas da combinação contraditória de ambos”* (ibid.:125).

Assim, o sorriso inadequado de Galdino não significava esquizofrenia, mas, em uma manifestação da cultura caipira, representava uma crítica dissimulada daquilo que estava sendo dito. Ou seja, aquilo que Galdino não concordava enquanto ouvia não era questionado verbalmente, mas expresso através deste sorriso inadequado e de seus gestos. Era o sorriso da crítica, próprio da linguagem dos subalternos que aparentemente aceitam o que é dito, mas o rejeitam na sua prática diária.

É importante deixar claro que Galdino em momento nenhum mentiu. Ele aparentemente utilizou-se do recurso da reserva mental. Essa prática foi defendida por Tomás de Aquino (*apud Zagorin, 1996:874*), para quem a mentira era pecado e deveria ser evitada. Entretanto, admitia a utilização de outros subterfúgios como utilizar expressões ou palavras com duplo sentido ou esconder e falsificar a verdade sem necessariamente mentir. Os gestos de Galdino eram expressão verdadeira do seu pensamento, enquanto sua fala concordava com o pensamento dos psiquiatras.

Somos todos mentirosos

Mas voltemos ao caso da professora. Os alunos não ficaram surpresos com a descoberta de que o curto-circuito era mentira. Na verdade, cada um deles deve ter ficado surpreso no dia em que contou sua primeira mentira e não foi descoberto. Neste momento foi possível perceber que as outras pessoas não são capazes de saber tudo o que se passa em nossa vida, como também não são capazes de saber o que se passava em nossa mente.

Mas como uma criança aprende a mentir se, em sua casa, ninguém a ensinou? Ninguém nasce sabendo, é só através do processo de socialização que aprendemos a mentir e a descobrir as outras pessoas mentindo. Mais do que isto, para mentir precisamos ter

conhecido situações em que valeria a pena ter mentido. Para compreendermos melhor este processo, devemos analisar os elementos envolvidos na relação do processo de socialização e da formação do eu com o processo de interação e de entendimento do outro. Partindo destes elementos, poderemos compreender também a teatralidade da vida cotidiana.

Só compreendemos o mundo, à medida que compartilhamos com os outros um conjunto de significados comuns. A realidade social passa a existir no momento que todos os indivíduos começam a partilhar o mesmo conjunto de significados expressos pela linguagem (Mead,1953).

A partilha de significados constrói-se na socialização, na interiorização das normas sociais produzidas em uma determinada cultura, forma como se impõem os padrões sociais à conduta individual. Assim, aprendemos que é errado mentir e que a mentira, quando descoberta, pode ser motivo de vergonha para o sujeito que mente. Em determinadas situações pode ser vergonha também para aquele que acusa o mentiroso.

O processo de socialização não acaba na infância, ainda adultos passamos por ele toda vez que somos inseridos em um novo grupo. O exemplo bastante ilustrativo dessa situação é o caso do imigrante que chega a um determinado país, cuja língua não domina completamente.

É comum ouvirmos de estrangeiros, por exemplo, que aqui no Brasil as pessoas falam nas entrelinhas, o que dificulta a compreensão do que é dito. Dominar uma língua vai além de saber o que significam as palavras. Quando um estrangeiro consegue compreender uma piada em sua nova língua, ele está de fato socializado na nova comunidade. O riso significa que ele conseguiu compartilhar significados comuns a todos do grupo e, dessa forma, entender as entrelinhas.

Ao longo do processo de socialização recebemos “receitas” para agir em determinadas situações, de modo que, a medida que o processo acontece, a ação passa a ser realizada quase sem reflexão. Como quando dizemos bom dia a um conhecido. De acordo com Schutz (Schutz,1979), no decorrer da vida adquirimos um estoque de conhecimentos que fornece receitas prontas para serem usadas em situações semelhantes, sejam elas problemáticas ou não. O estoque é formado a partir das experiências significativas que acumulamos durante toda nossa existência. Sempre que nos encontramos numa situação nova, recorremos a ele para interpretá-la e reagir da maneira mais adequada.

Nesse processo aprendemos a tipificar situações e pessoas. Em cada situação determinada, aprendemos a selecionar o que é relevante ou não para o futuro da ação a ser tomada. A partir das experiências acumuladas, interpretamos o acontecido e nos situamos diante dele para agir. A astúcia do mentiroso advém desta capacidade de interpretar a realidade e o querer do outro, para agir manipulando esses elementos.

Mas as situações não são sempre as mesmas, o que quer dizer que nosso sistema de relevâncias e tipificações não é coerente ou homogêneo. Também não é coerente e homogêneo a forma como cada um de nós se apresenta em lugares diversos. Por exemplo, durante as atividades na igreja podemos agir a partir de determinados padrões de conduta que não necessariamente serão os mesmos que empregaremos no trabalho. Ou seja, nosso comportamento numa determinada situação será pautado pelo papel que desempenhamos nela, que poderá ser diferente do papel a ser desempenhado em uma outra situação.

Quando estamos situados socialmente entendemos a realidade e compreendemos as necessidades colocadas para nosso comportamento. As coisas podem se complicar ainda mais caso num mesmo ambiente tenhamos que representar dois ou mais papéis diferentes

ou incompatíveis. Nessas condições, pelo menos um dos interlocutores poderá crer que o sujeito é um mentiroso.

Quando passamos a partilhar significados comuns, podemos prever a reação do outro aos nossos atos, através das experiências guardadas em nossa memória. Segundo Mead (Mead,1953:185), em uma interação, *ao se colocar no lugar do outro, é possível discutir consigo mesmo e voltar-se para a interação, buscando expressar o que se deseja nessa relação, a partir das expectativas interpretadas nesse processo.*

É através da brincadeira que a criança aprende a imitar outros papéis, como mãe, policial e através dos jogos ela adota o papel do outro generalizado e assim torna-se capaz de interpretar as expectativas dos outros e adaptar-se a inúmeras situações novas e diferentes⁹.

Essa capacidade de prever a atitude do outro para em seguida manipular sua própria ação, assim como a do outro, pode ser também demonstrada através do drible ou da capoeira¹⁰. O drible no futebol nada mais é do que a capacidade de prever a reação do outro jogador a sua ação e a partir daí, iludi-lo caminhando para o lado oposto ao que o jogador acreditar que o sujeito caminhará.

Segundo Mead, é no processo de identificação e de interação que o sentido e a atitude do outro são absorvidos pela criança. Ao adotar o papel do outro durante uma interação, passa a ver a si próprio pelos olhos do outro e nesse sentido, torna-se objeto para si mesmo.

⁹ Num jogo de futebol, por exemplo, todas as ações da criança devem levar em consideração o posicionamento dos outros jogadores. Sem isso, não será possível alcançar o objetivo do jogo, que é o gol. Antes de lançar a bola, ou seja, antes de agir, a criança observa todos os jogadores e coloca-se no lugar de cada um deles para decidir qual é o melhor posicionado para marcar o gol. Assim, não apenas se coloca no lugar dos outros jogadores, como também leva em consideração as regras que fazem parte do jogo. Através do outro generalizado é que as normas e proibições específicas tornam-se normas gerais (Mead:1953: 208).

¹⁰ Sobre a capoeira e a mandinga ver Reis,1996.

Ao desempenhar papéis, a criança aprende a seguir um padrão de conduta e assim os valores sociais de sua comunidade lhe são transmitidos. Entretanto, espero deixar claro que essa relação entre os papéis e as expectativas é mais complicada do que aparentemente parece, pois a expectativa é sempre contrabalançada pela relação real que está em curso e dessa dialética surge a identidade de cada um dos interlocutores¹¹.

A possibilidade de prever a reação dos outros a seus próprios atos possibilita manipularmos essas impressões a fim de dissimular o que realmente estamos sentindo ou pensando. Assim, visando obter a interpretação desejada, o indivíduo pode manipular suas impressões e controlar sua própria reação à ação das outras pessoas. Ou seja, adquire a capacidade de planejar e manipular a ação e a interação. Essa atitude requer uma divisão interna do sujeito na qual uma parte observa a atuação da outra parte.

Manipulando os significados que surgem numa interação, o indivíduo pode produzir no outro uma interpretação desejada a seu respeito enfatizando alguns aspectos e descondendo outros. Um exemplo emblemático desse tipo de atuação são os meninos de rua em sua relação com a sociedade. Sabendo previamente as situações e condições nas

¹¹ O processo de correspondência às expectativas dos papéis adotados pelos outros participantes de uma interação pode ser desde uma adesão total até a recusa total do comportamento esperado. O indivíduo desempenha inúmeros papéis sociais e em cada um desses papéis está presente apenas parte de sua individualidade e não toda ela (Heller,2000). Entretanto, a partir deste único papel as pessoas em sua volta diagnosticam o sujeito em sua totalidade. No estereótipo do sujeito que se adequa totalmente ao seu papel temos os chamados “Caxias”, aqueles que fazem tudo certinho, conforme manda o estabelecido.

E entre o sujeito que adere completamente ao papel estabelecido, independentemente das conseqüências, e o que rejeita qualquer tipo de comportamento estabelecido pela sociedade, existe aquele que chamamos de malandro, que adere aos papéis estabelecidos, porém, com um distanciamento que lhe permite aparentemente aceitar as regras gerais estabelecidas ao mesmo tempo em que, na prática, rejeita todas elas.

Heller chama este tipo de comportamento de incógnito dissimulado. No comportamento do incógnito dissimulado, o indivíduo penetra no papel, mas nem por isso sua personalidade se dissipa. “*a preservação de sua personalidade corre paralelamente à aceitação e aproveitamento da realidade*”(ibid.:98). Ele não se identifica com o seu papel ao representa-lo. Ou seja, constrói um distanciamento, preservando sua própria individualidade.

O incógnito dissimulado, graças ao distanciamento que constrói em relação ao papel que desempenha, é capaz de refletir sobre si e sobre os outros de modo que pode manipular a impressão de si mesmo para o outro visando obter ou não algum tipo de benefício ou evitar algum tipo de sanção. Importa perceber que, neste caso, o sujeito domina a situação ao mesmo tempo em que não está completamente envolvido por ela.

quais as pessoas manifestam sua solidariedade ou medo, os meninos manipulam suas identidades apresentando-se ora como vítimas, crianças abandonadas, ora como perigosos, bandidos (Gregori,2000). Colocando-se no lugar dos transeuntes, eles reforçam estereótipos para obter algum tipo de favorecimento. Segundo Gregori, esses jovens *“captam o modo como são vistos e tratados, maximizando assim suas oportunidades e os instrumentos que dispõem para viver e se posicionar no mundo”* (ibid.:31).

Outro exemplo deste tipo de atuação é o caso do cabeleireiro Antunes, que corta o cabelo de Rosana há muito tempo. Um dia, quando foi busca-la o marido também resolveu cortar o cabelo. Era calvo, possuindo apenas esparsos fios na cabeça. Como Antunes já sabia das histórias contadas pela esposa a respeito dos cabeleireiros que o marido freqüentava e que se limitavam a raspar os poucos fios de cabelo que ainda lhe restavam, Antunes colocou-se no seu lugar e agiu de maneira a fazê-lo sentir-se bem atendido. Pediu que ele se sentasse e passou a tratá-lo como se ele tivesse cabelo suficiente para realizar um corte completo.

Perguntou de que forma queria que cortasse, se era para aparar as pontas, cortar os lados, deixar franja, enfim, passou a agradá-lo naquilo que mais o desagradava. O êxito da encenação foi tão completo que o careca passou a freqüentar o salão do entrevistado.

O cabeleireiro colocou-se no lugar do cliente e a partir daí tratou-o como sabia que ele gostaria de ser tratado, como uma pessoa sem calvície. Durante a entrevista, Antunes gesticulou demonstrando como fez e disse ter sido difícil segurar a gargalhada nas primeiras vezes. Mesmo assim o cabeleireiro manipulou não apenas sua identidade, mas a da própria vítima. De calvo, ele tornou-se uma pessoa com cabelo suficiente a ponto de escolher o tipo de corte. Neste caso, assim como el alguns casos de adultério, a vítima da

mentira talvez saiba o que de fato está acontecendo, porém, prefere manter a situação como está, uma vez que alterá-la significaria prejuízo para si própria.

Ao prever as reações das outras pessoas a seus próprios atos, o indivíduo pode adaptar-se preliminarmente a elas, *“o indivíduo deve poder despertar em si a reação que seu gesto provoca no outro, e logo utilizar a dita reação do outro para o controle de sua própria conduta posterior”* (Mead,1953:34).

Podemos afirmar que Antunes mentiu uma vez que durante a entrevista, cujo tema ele sabia de antemão, citou o caso como uma das mentiras que ele se vê obrigado a contar como profissional que cuida da imagem das pessoas.

Na verdade, como profissional, ele é obrigado a cuidar de sua própria imagem de cabeleireiro, o que inclui oferecer um bom tratamento a seus clientes, que, em troca, retornarão ao seu salão de beleza.

Da mesma forma, o rapaz que mentiu a respeito de ter saído com a garota e trouxe o pé de meia como prova, também estava cuidando de sua imagem. No entanto, para que uma representação seja aceita, é necessário que a pessoa se comporte coerentemente com ela. Ele se apresentou como “Dom Juan”, mas sua tentativa de provar aos amigos o seu encontro amoroso apresentando um pé de meia é significativo dessa exigência e de sua incoerência. Para ser um determinado tipo de pessoa não basta apenas possuir os atributos materiais (no caso, o pé de meia), é preciso também agir de acordo com esse tipo de pessoa (Goffman,1970:41).

Quando um indivíduo apresenta-se diante de um grupo, como no caso do cabeleireiro ou do “Dom Juan”, consciente ou inconscientemente, projeta uma definição da situação da qual uma parte importante é o conceito de si mesmo. A partir da apresentação de si, produto de sua socialização, e da definição da situação, o sujeito produz uma linha de

ação por meio da qual expressa sua visão e avaliação sobre os participantes da interação(*ibid.*:13). Esta apresentação de si mesmo será chamada de máscara social. Segundo Goffman, a máscara é a imagem da pessoa delineada em termos de atributos sociais aprovados pelo grupo. O cabeleireiro apresentou-se como um profissional e o rapaz como possuidor dos valores socialmente aceitos pelo grupo de jovens no qual se encontrava.

Ao estabelecer a linha a ser seguida, o sujeito fornece a seu interlocutor os sinais necessários para que ele possa agir durante a interação, levando-o a saber com quem está falando. Os interlocutores estabelecem tacitamente um compromisso mútuo de não desmascararem um ao outro e trabalham com a expectativa de não serem desmascarados.

A máscara de um depende da boa vontade do outro e vice-versa. Já o desmascaramento de um pode ser o desmascaramento do outro. Segundo Goffman, uma característica de muitas relações sociais é *“a de que cada participante respaldará a máscara do outro e a interação poderá ser vista como uma forma em que a pessoa se vê obrigada a confirmar sua auto imagem e sua máscara ao ato e boa conduta dos outros”*(*ibid.*:14).

O cabeleireiro, por exemplo, sabia o que incomodava e causava constrangimento ao cliente quando este ia a um salão de beleza. Por isso, não fez qualquer menção ao problema da calvície, como se ela não existisse. Por sua vez, o careca também não relutou em aceitar as ofertas deferentes do cabeleireiro, ao contrário, ele colaborou nesse sentido quando não o desmentiu. Ao passo que se o cabeleireiro falasse da calvície, poderia ser chamado de mau profissional pelo cliente, já que ser um bom profissional implica tratar o cliente como ele deseja ser tratado.

Os colegas do “Dom Juan” não o desmentiram. Poderiam fazê-lo, mas caso isso ocorresse, ele deixaria de participar da interação nos termos iniciais e todos os demais ficariam sujeitos a serem desmascarados. Muitas vezes este tipo de situação é resolvido com um sutil comentário ou piada que leva o sujeito a entender que interpretaram sua afirmação como uma mentira e que, por isso, ele deveria readequar sua máscara.

Ao apresentar-se com uma determinada máscara, exigindo um determinado tratamento, o sujeito compromete-se a seguir as regras de conduta que ela implica. A realidade e as relações de força nos impõem algumas máscaras e por isso não podemos usar todas as máscaras que queremos. Quando um sujeito se apresenta numa interação como um cabeleireiro, exige-se que tenha conhecimentos sobre corte de cabelo. Quando se apresenta como esposo, exige-se que cumpra com as obrigações implicadas em ser um esposo. Caso contrário, suas identidades serão afetadas.

Goffman (*ibid.*:17) tem razão ao afirmar que a máscara não pertence ao sujeito, ela é emprestada da sociedade, que pode a qualquer momento retirá-la na medida em que ele não corresponda às expectativas que ela exige. Em casos como esses, pode ser que o desmascarado fique envergonhado por não corresponder às expectativas e aquele que o desmascarou também poderá sentir-se desmascarado ao descobrir que não foi tratado com o respeito que acreditava merecer, uma vez que foi iludido.

De um lado, as pessoas estão moralmente obrigadas a se comportarem de acordo com as expectativas que cada máscara exige (*ibid.*:79). De outro, todos têm a expectativa de que serão tratados de acordo com a maneira que se apresentarem. Ou seja, a obrigação do esposo de ser fiel é a expectativa de sua esposa de que ele seja fiel e a obrigação do empregado em trabalhar é a expectativa do patrão de que ele trabalhe e não “enrole”.

Ao adotar uma máscara, o sujeito se vê obrigado a cumprir as regras de conduta próprias desta representação. Elas delimitam o tratamento que os outros lhe devem e exigem dele um comportamento coerente com sua representação.

A ação dramaturgica de Goffman pode ser discutida, a partir do caso do índio que mentiu ao gerente do banco. O entrevistado foi convidado para estudar em São Paulo. Como aluno especial de uma Universidade pôde participar da promoção do banco para estudantes universitários. Além de abrir a conta corrente e receber um cartão de crédito, o banco oferecia cheque especial para seus novos clientes universitários.

Ele participou da promoção, ultrapassou o limite do cheque especial e teve vários cheques devolvidos por falta de saldo. Após alguns dias, o gerente do banco chamou-o à agência para tratar dos cheques devolvidos.

Após o gerente explicar porque ele havia sido chamado, ele apresentou um extrato com a data do depósito realizado e disse que havia dinheiro em sua conta corrente. Quando o gerente percebeu que ele era índio a conversa mudou. *“Aí o cara veio, falou: “Você é um índio, né?” Eu falei “Pois é... eu perdi as contas...esse dinheiro... não faz parte do meu dia a dia. Então... pra mim é assim.. o banco que cobria pra mim... eu gastava, o banco cobria. Então eu achei isso,agora não sabia que tinha que cobrir toda hora que soltasse o cheque.” Aí o cara falou: “Não. As coisas são assim mesmo. É quinhentos anos de exploração. [...] usa mais cheque. Te devolvo o cheque, não precisa me pagar, entendeu?”Aí eu fiquei com consciência pesada por causa dessa história toda.*

Fingindo-se de “bobo”, o entrevistado fez que não entendia de transações financeiras com cheque, o que não era verdade. Ou seja, o entrevistado manipulou sua identidade de índio de maneira a evitar que seu nome fosse enviado ao Banco Central, em

função dos cheques devolvidos. Ele não só sabia o que estava se passando como relatou a história dessa maneira.

A ação do entrevistado baseia-se no fato de que a maioria das pessoas, a partir do seu preconceito, tratam-no como se fosse burro, ingênuo, incapaz. Ele, por sua vez, sabendo da forma como é visto pela sociedade, utiliza sua própria imagem na obtenção de determinados benefícios. Passar-se por bobo é algo que certamente ele não deseja, mas aproveita-se disto, já que é assim que a maior parte das pessoas vê os índios. A escolha da máscara é definida, não só pelo desejo do sujeito, mas também pela restrição que as pessoas lhe impõem ao uso de determinadas máscaras.

Apresentar-se como bobo implica numa relação de submissão por parte do índio. Ele é visto como incapaz. Mas, ao mesmo tempo, ele utiliza-se dessa imagem para obter benefícios. Ou seja, aparentemente aceita a imagem que se constrói a seu respeito e a utiliza para se sobrepôr aos que o vêem dessa maneira e que não percebem que foram enganados.

Sendo assim, o desmascaramento, neste caso mais do que produzir a ruptura da interação, significaria reconhecer que se exercia um domínio sobre uma pessoa e que se foi enganado por ela.

Por exemplo, quando um empregado mente ao seu patrão ou superior e este o desmente, ou ele imediatamente pune o sujeito ou possivelmente terá problemas. No caso do sujeito que disse estar com dores no corpo, o patrão aceitou a mentira e tudo permaneceu como estava. Caso ele o desmentisse, a situação seria diferente. O patrão teria reconhecido que foi enganado e, por isso, deveria tomar alguma atitude com relação ao comportamento do funcionário. Muitas vezes é mais fácil para os superiores não chamar a atenção para esse tipo de problema porque, quando o fazem, expõem a debilidade de sua

autoridade e, se o “mentiroso” não é devidamente punido, a situação estimula outros atos de rebelião (Scott,2000:116).

Uma entrevistada falou sobre as condições necessárias para que uma mentira seja aceita como verdade. Sua fala resume bem o que estamos propondo: “[..] *Porque o segredo, o segredo, você tem que manter uma postura dentro da empresa, você não pode ser o esculacho em pessoa. Você tem que fazer seu trabalho direito, chegar sempre no horário, não arrumar encrenca dentro da empresa, não ficar discordando da sua chefe a toda hora. Você tem que ser um bom funcionário e aí quando você falta, quando você arruma uma desculpa para chegar atrasado as pessoas acreditam. Agora se você for um esculacho em pessoa....*

Os relatos que coletamos referem-se a situações nas quais o que está em jogo é a identidade de cada um dos participantes e sua relação com o grupo em que se encontram. São mentiras contadas para os patrões, por causa de uma falta ao serviço ou de um serviço mal executado; mentiras contadas a médicos, diante do não cumprimento de suas obrigações de paciente, como chegar no horário, tomar a medicação indicada ou realizar as atividades físicas prescritas; mentiras contadas a clientes diante do não cumprimento de obrigações previstas em contrato, mentiras contadas aos pais diante do descumprimento de alguma ordem. Em todas essas situações, assim como na do “Dom Juan”, percebemos que o uso da mentira pode ser visto como uma estratégia de resistência às normas impostas, mas também uma forma de sociabilidade, uma estratégia de navegação social (Da Matta,2001:99).

Quando não é possível corresponder às expectativas geradas pelas máscaras que utilizamos em nossos relacionamentos, o uso da mentira garante que a interação não seja

prejudicada, caso o infrator possua equilíbrio e desenvoltura suficientes para manter a representação diante das dificuldades que se colocam (Goffman,1970:20).

A mentira é inerente aos processos interativos e a possibilidade de que nossas ações nos desmintam existe em qualquer encontro social. Como afirma Simmel (Simmel,1988), a mentira enquanto limitação do conhecimento sobre o outro é uma tática que podemos qualificar como positiva. Caso seja descoberta pode destruir uma relação, mas nem por isso ela deixa de ser parte estrutural de toda relação. Pelo fato de apresentar-se diante dos outros interlocutores a partir de uma determinada máscara, todos aqueles fatos e atitudes que possam estar em desacordo serão omitidos. Mesmo assim, pode acontecer que num mesmo ambiente estejam presentes pessoas para as quais o sujeito representa diferentes papéis, muitas vezes incompatíveis entre si.

Caso a esposa do sujeito o flagre com outra mulher e esta não saiba que ele é casado, ambas as representações do sujeito estarão em perigo e dificilmente haverá mentira que salve sua máscara nestas condições.

O sujeito encontra-se obrigado a manter a sua representação inicial e a mentira poderá ser utilizada sempre que sua representação correr perigo. Apesar dele também poder salvar-se sem dizer nenhum tipo de mentira, apenas fazendo declarações evasivas e ambíguas.

Sociabilidade e dominação

Ao analisarmos os motivos oferecidos pelos entrevistados para explicar o porque as pessoas mentiram, chegamos ao cerne da questão sobre o uso da mentira e sua lógica.

Alguns relatos dos motivos são referendados pelo próprio relato, outros falam dos motivos porque se mente de uma maneira geral.

Dividimos os motivos em dois grupos. O primeiro grupo de motivos apresentados pelos entrevistados pode ser resumido numa palavra: autopromoção. O sentido dado a esta palavra é sempre negativo, muitas vezes acompanhado do diagnóstico de doença. Um aspecto importante a ser levado em conta é que esta categoria de motivos somente de relatos na terceira pessoa, são relatos sobre pessoas que mentiram para o entrevistado.

O julgamento negativo está diretamente relacionado ao fato do entrevistado ser a vítima da mentira. Assim, por exemplo, enquanto um entrevistado conta-nos orgulhosamente como foi que mentiu para seu patrão, um patrão, vítima da mentira, fala de uma situação semelhante, fazendo um julgamento negativo. Ou seja, quando o entrevistado está numa posição ativa, como enganador, o relato possui um julgamento positivo e quando se está na condição de vítima, o relato é sempre negativo, carregado de moralidade.

Analisando as situações nas quais as pessoas estão mentindo para se “autopromover”, percebemos que as situações têm em comum o fato do sujeito contador da mentira não sentir-se pertinente ao grupo com o qual está vinculado no momento, como no caso do “Dom Juan”. As situações caracterizam-se por uma liminaridade do sujeito em relação aos valores afirmados e consagrados pelo grupo, que muitas vezes não são os seus ou os quais ele não está em condições de cumpri-los, mas se vê compelido a isso. Para uprir sua falta de condições, o sujeito mente. A mentira é, portanto, uma forma de complementação de vínculos entre aquele que conta a mentira e o grupo para quem a mentira é contada.

É comum ouvirmos dos entrevistados que o sujeito mentiu por vergonha. Vergonha do seu próprio nome, vergonha de sua profissão, vergonha de ser pobre, vergonha de morar

numa favela. Enfim, nos momentos em que o sujeito entra em desacordo com a regra geral do grupo esta situação faz com que ele, para preservar sua individualidade e não sentir a vergonha, acabe contando uma mentira.

O objetivo almejado pelo mentiroso no caso da autopromoção, segundo podemos observar nos relatos que obtivemos, é construir vínculos culturais, sociais ou econômicos com as pessoas em sua volta. Durante a interação, ao se definirem determinados temas de interesse geral do grupo, o “mentiroso”, para participar, discute sobre tais temas, mesmo que não possua o conhecimento necessário para isso, pois não saber também seria motivo de vergonha (Da Matta,1997:196).

A interpretação dada pelos entrevistados leva em conta o fato do contador da mentira ter se apresentado como portador de características que os entrevistados entendem que ele não possui. Segundo Goffman (Goffman,1970:17), a sociedade permite que utilizemos qualquer máscara, desde que estejamos qualificados para isso e quem define não é o sujeito, mas o grupo. O julgamento moral sobre máscaras incompatíveis não segue uma linha coerente. Se um sujeito apresenta-se como uma pessoa mais rica do que realmente é, se descoberto, receberá um julgamento negativo e todas as afirmações que ele possa ter feito para as pessoas que descobriram a mentira estarão desacreditadas. Entretanto, se ele for mais rico do que disse ser, as pessoas não o julgarão da mesma maneira. Portanto, o julgamento feito não é da mentira propriamente, mas da máscara que o sujeito usou e da legitimidade que possui ou não para utilizá-la. A legitimação ou interdição da máscara se constrói na relação.

O “mentiroso” constrói seu personagem de acordo com o grupo ao qual está vinculado no momento. Assim, se todos os presentes são estudantes universitários, ele imediatamente afirma ter feito faculdade. Se os presentes viajaram para Paris, conta dos

lugares que ele conhece de Paris. Se todos os presentes falam sobre automóveis, ele afirma ter tido todos os automóveis discutidos na conversa.

Para cada grupo ou pessoa, um personagem específico, cuja função é adaptá-lo ao padrão. Interpretar os valores do grupo e a partir disto construir um personagem ideal de modo a transitar em todos os grupos sociais possíveis e desejados, este é um dos usos que a mentira pode ter, um *modo de navegação social*, para usar a expressão de Da Matta (Da Matta,1984), ou uma *viração*, para utilizarmos uma expressão de Gregori (Gregori,2000). A mentira é uma forma de se fazer a si mesmo, uma dialética da identidade, na qual o sujeito preserva sua individualidade ao mesmo ao mesmo tempo em que constrói laços identitários com o grupo no qual está inserido no momento.

Mesmo nos casos em que a mentira é ressaltada enquanto uma estratégia de sociabilidade, podemos perceber implicitamente a dominação simbólica, uma vez que o mentiroso rende homenagens (mesmo que falsas) aos valores do grupo receptor¹².

Podemos pensar essa dominação como uma forma de cortesia do sujeito que para ser “agradável” aos demais, evita assuntos que causem incômodo e faz afirmações, da boca para fora, de acordo com os valores do grupo. Entretanto, este fato não elimina a dominação, ao contrário, a realça.

O segundo tipo de motivos apresentados, apesar de se limitar a situações cotidianas, podem ser vistos como parte da universalidade do uso da mentira em relações de poder:

- “(...) o objetivo é salvar a pele da gente(...)”;
- “(...)Para tentar salvar a situação, tentar manter a situação sem criar conflito(...)”;

¹² A mentira enquanto imposição das normas de etiqueta envolve relações de poder porque “as concessões de cortesia implicam sempre concessões políticas (...) os impostos simbólicos que devem pagar os indivíduos” (Bourdieu,1977: 85, apud Scott:2000:74)

- “(...)Minto pra não ter que entrar em confronto com ninguém, pra não chatear as pessoas(...)”;
- “(...)Menti para fazer uma coisa que eu tinha vontade de fazer, para não ter encheção de saco(...)”;
- “(...)Eu menti para ter minha liberdade. Se eu quero ter minha privacidade eu minto(...)”;
- “(...)Ela [a mentira] ajuda dependendo das circunstâncias. Tem hora que a pessoa é obrigada a mentir pra sair de uma situação(...)”;
- “(...)Falta de assumir uma responsabilidade, então mente para encobrir(...)”.

Evitar a possibilidade de um conflito aberto entre duas ou mais pessoas é um fator motivacional importante para se contar uma mentira, principalmente quando se trata de relações desiguais de poder. Assim, o conflito é dissimulado e a posição daquele que se encontra na condição de dominante é aparentemente respeitada.

Seja uma relação entre marido e mulher, pais e filhos, aluno e professor ou patrão e empregado, em todas está subjacente a desigualdade de poder entre os agentes. Essa desigualdade é reconhecida por todos e, por isso, quando é desrespeitada por aqueles que se encontram na posição menos favorecida, o fato deve ser dissimulado, muitas vezes através da utilização da mentira.

Podemos observar em todas as histórias aqui relatadas o conflito entre dois querereres, sendo que um deles tenta dominar o outro, que aparentemente aceita a dominação e, na prática, mantém seu próprio querer. A aceitação da dominação ocorre ao mesmo tempo em que se pratica sua recusa.

Assim, entendemos a mentira como um recurso utilizado por “outsiders” para transitar em grupos sociais variados, de modo a garantir sua individualidade, o que implica, indiretamente, na aceitação dissimulada da dominação. Ao mesmo tempo podemos pensar a mentira como uma estratégia política de resistência às tentativas de dominação e controle do comportamento, por parte de outras pessoas ou setores sociais.

A mentira é uma forma de resistência e ao mesmo tempo de dominação uma vez que o sujeito percebe quais são os valores relevantes para o grupo ou pessoas com quem se envolve e as engana para preservar sua individualidade. Dessa forma, evita o constrangimento ou a vergonha. Aquele conta a mentira recusa a se ver como um desigual, ao mesmo tempo que aceita dissimuladamente a sua desigualdade, deixando de lado o aspecto de dominação implícito em sua transgressão.

O uso da mentira só faz sentido uma vez que a norma transgredida é entendida como legítima por parte daquele que a transgride e, portanto, há nela um aspecto conservador da ordem social tão importante quanto a transgressão em si mesma. Trata-se de uma resistência, mas uma resistência dominada.

A perna curta da mentira

*“(...) categorias sociais desfavorecidas pela ordem simbólica,
(...) não podem fazer outra coisa senão
reconhecer a legitimidade da classificação dominante,
justamente pelo fato de que sua única chance
para neutralizar os efeitos dela mais contrários aos seus interesses
encontra-se em submeter-se a eles para usa-los”
(Bourdieu , 1977)*

Pensar a mentira enquanto um problema sociológico levou-nos a considerar que a acusação de que alguém mentiu ou mente, coloca em evidência relações político identitárias nas quais a dominação e a resistência merecem destaque.

Ao longo do trabalho, mostramos que o julgamento moral sobre a mentira, seja ele negativo ou positivo, reflete a perspectiva do enganado ou do enganador, respectivamente. E que, apesar de seu uso ser amplamente condenado, exemplos na história e na literatura mostram que o verdadeiro problema não está em mentir ou não, mas para quem e por que se mente.

Assim como não existe sociedade sem confiança, também não é possível uma sociedade na qual todos falem a verdade para todos. George Simmel (Simmel,1988) associou mentira ao segredo, pois como nem tudo o que pensamos é expresso através da fala, a mentira passa a ser parte estrutural de todo processo comunicativo. Desse modo, não existe sociedade na qual as pessoas não mintam como também não existe sociedade na qual ninguém fale a verdade.

Apesar de todas as pessoas utilizarem a mentira no seu dia-a-dia, muitos entrevistados associam seu uso a problemas psicológicos, como a insegurança e a baixa auto-estima. E, ao acusar determinada pessoa de dissimular suas intenções ou sua máscara social, ao acusar alguém de não ter legitimidade para representar a máscara com que se

apresentou, as pessoas logo se valem de regras sociais às quais elas mesmas, muitas vezes, não cumprem e, no entanto, acabam tornando-as suas guardiãs.

Quando um sujeito apresenta-se como milionário, miserável ou usa qualquer outro tipo de máscara social, suas atitudes, além de qualquer outro sinal que não corresponda à representação proposta, poderão desmascará-lo. Todavia, sabemos que nem ele nem nós somos apenas uma máscara e que nossas vidas e nossas atividades encerram diversas e contraditórias máscaras sociais. Qualquer fato que desacredite o indivíduo será omitido ou ocultado dos outros participantes, mesmo que para isso se tenha que mentir.

Quando uma pessoa mente visando escapar de alguma punição ou buscando obter algum benefício futuro ou imediato, também trabalha uma imagem de si e aqueles que por ventura a acusem de estar mentindo, suas vítimas, possivelmente dariam outra versão para o ocorrido se houvesse uma inversão das posições.

Ou seja, a mentira não existe até que alguém acuse o outro de ter mentido. Segundo Becker, o desvio e por conseqüência o desviante *“(...) é o produto de um processo que envolve respostas de outras pessoas ao comportamento. O mesmo comportamento pode ser uma infração das regras num momento e não em outro; pode ser uma infração quando cometido por uma pessoa, mas não quando cometido por outra (...) se um determinado ato é desviante ou não depende em parte da natureza do ato (ou seja, se ele viola ou não uma regra) e em parte do que as outras pessoas fazem em relação a ele”* (Becker,1977:64).

O pecado e a virtude

Apesar de ser amplamente condenada, a mentira se justifica, para a maioria das pessoas, em algumas situações, como nos casos de perseguição religiosa ou de ameaça à

vida. Os Lollards, na Inglaterra do séc. XVI, assim como os judeus espanhóis no séc. XV e muitos outros, encontraram justificativa para suas atitudes na distinção entre língua e coração, como se aquilo que afirmassem verbalmente não representasse o que de fato sentiam. *“Os subordinados tendem a considerar que, quanto maior for a força principal que determina seu comportamento, menos determinante será na conformação do seu “verdadeiro eu”. Ao ter muito pouca ou nenhuma influência decisiva na imagem que tem de si mesmos, essa força revela ainda com maior clareza que não é senão uma mera tática de manipulação”* (Scott,2000:139). Ou seja, quanto mais oprimida a pessoa estiver, mais se justifica que ela minta e mais distanciada sua máscara estará de seu “verdadeiro eu”.

Nas histórias extraídas da literatura popular pudemos observar de que forma a mentira pode ser utilizada como uma arma política por aqueles que não encontram nenhuma outra forma capaz de subverter de fato a ordem social. Nossos personagens enganaram fazendeiros, policiais, padres, e outras autoridades. Nestas histórias, existe uma ética própria em que é correto mentir quando a mentira é usada contra os dominadores, aqueles que subjagam o herói. Ao mesmo tempo, tanto Cancão como Malazarte abrem mão do dinheiro que conseguiram em prol de pessoas em condições iguais ou piores do que as deles, como a mãe de Cancão ou o empregado que Malazarte encontrou na estrada. Essas personagens possuem uma ética que não é a da desonestidade pura e simples. Ao contrário, sua astúcia é endereçada para determinadas pessoas, em determinadas situações, que não são as mesmas em que eles empregam sua lealdade e solidariedade. Alfredo nunca foi enganado por Cancão e, a fim de ajudar a família, Cancão até trabalhou honestamente, além de ter denunciado o vaqueiro Zé Valente como ladrão.

Quando comparamos as entrevistas com as histórias tiradas da literatura, percebemos que a estrutura do uso da mentira permanece a mesma. Todos os relatos obtidos por nós narram situações de dominação em que a desigualdade de forças faz com que um dos lados submeta-se ao outro, ao menos aparentemente, a fim de evitar punições ou obter algum tipo de vantagem.

Diante de tamanha diversidade de situações, a constante estrutural que encontramos mostra que o sujeito que, por exemplo, mente ao patrão dizendo não ter ido ao trabalho por estar doente, está de fato submetido à ideologia dominante? Ou podemos pensar que sua mentira é uma estratégia para escapar à dominação? Até que ponto o jovem que diz ser milionário é uma vítima da sociedade de consumo ou um astuto conhecedor das técnicas da sedução?

Queremos utilizar a mentira como um recorte para pensarmos se a consciência alienada é passivamente submetida à dominação ou se ela resiste de todas as formas que encontra, apesar de não ser capaz de modificar estruturalmente a realidade que a oprime e a subjulga.

Conclusão

Os fundamentos para pensarmos sobre a questão proposta já foram explanados ao longo de todo trabalho. Mas agora introduziremos um texto fundamental, o trabalho de James C. Scott, *Los dominados y el arte de la resistència: discursos ocultos*. A escolha desta obra deve-se ao fato do autor discutir questões semelhantes às aqui propostas e sua análise concluir que a resistència cotidiana é capaz de transformar a realidade da dominação. Ele postula que a resistència cotidiana e informal, que é o caso da mentira, do

disfarce e do roubo, é a estratégia mais eficaz contra a dominação em situações de escravidão ou de dominação servil, uma vez que impõe mais limites aos poderosos e às suas ambições do que a resistência aberta.

Segundo Scott, diante das pessoas que detém o poder, os subalternos agem de acordo com o que elas desejam, praticam o “discurso público”. Eles agem estrategicamente de acordo com a expectativa dos poderosos, falam o que estes querem ouvir. Todavia, quando os dominadores não se encontram em sua presença e eles se sentem seguros entre seus pares, elaboram o que o autor chama de discurso oculto, que são representações a respeito dos poderosos. Essas representações são alimentadas por fantasias de vingança e ódios que devem ser reprimidas na frente dos dominadores.

Ou seja, diante do poder, eles falam e agem (mentem) como os poderosos desejam e na ausência deles, elaboram um discurso contrário à dominação. O autor ainda comenta que os próprios dominantes também elaboram os dois tipos de discurso, o oculto e o público. Diante dos dominados eles buscam eliminar dissidências internas, mascarar a violência da dominação através de eufemismos e dissuadi-las de desafiar seu poderio. Mas, na ausência de seus subordinados, eles afrouxam essa unidade da representação do poder e chegam a divergir abertamente entre si.

Para Scott, o “discurso oculto” dos dominados funciona como uma contra-hegemonia, produzindo uma cultura de resistência ao domínio que em determinados momentos pode estourar em forma de rebelião.

Entretanto, aos dominados interessa mais manter a aparência da dominação do que a rebelião aberta, uma vez que a mesma traria consequências muito mais sérias do que o disfarce. Ou seja, representam estrategicamente uma conformidade com os valores dominantes para se protegerem da humilhação e conseguirem benefícios. Porém, essa

conformidade é “da boca para fora” e não representa seu pensamento ou seu sentimento interno.

Discutindo com autores que guiam suas análises a partir do conceito gramsciano de hegemonia, Scott afirma que a chamada hegemonia ideológica não explica a manutenção de relações de dominação e exploração, pois estas baseiam-se na desigualdade de forças e na coerção. Para o autor, a ação política dos grupos subordinados realmente é limitada, porém, sua consciência não. A análise da literatura, piadas, bruxarias e boatos contra os dominantes revela exatamente isso.

Segundo o que Scott chama de versão forte do conceito de hegemonia, os subordinados, *“por encontrarem-se prisioneiros do pensamento hegemônico, seriam incapazes de tirar conclusões revolucionárias de seus atos”, uma vez que os “aparatos ideológicos assegurariam o consentimento ativo dos grupos subordinados” (ibid.:228).* Fazendo a crítica desta leitura do conceito de hegemonia, Scott mostra como o discurso ideológico sobre a cristandade ou a monarquia foi inúmeras vezes na história invertido pelos dominados. *“O que de cima pode ser visto como uma imposição de uma atuação, de baixo pode se ver como uma hábil manipulação da submissão e da adulação para fins próprios” (ibid.:60).* Para o autor, subalternos como escravos ou servos se utilizam dos termos da ideologia dominante devido à posição vulnerável em que se encontram.

Por trás da aparente submissão ideológica existe uma contra-hegemonia que alimenta uma cultura de resistência contra a dominação e essa resistência é fundamental para entendermos as revoltas políticas. Ele ainda lembra que boa parte das revoluções do século XX foram realizadas por grupos com “falsa consciência”, grupos que não eram ideologicamente coerentes, mas que mesmo assim foram capazes de atuar politicamente e promover a mudança social.

Certamente um de seus objetivos é desmistificar o papel das ‘vanguardas’ revolucionárias que buscam ‘formar’ agentes políticos e ditar o caminho a ser trilhado pelos grupos desfavorecidos. Através dos casos por ele abordados, observamos que essa ‘vanguarda’ não é necessária e que, em muitos casos, ela também é vítima da estratégia dos dominados. Pensamos essas vanguardas como dominantes uma vez que buscam instrumentalizar os subalternos para outros fins políticos.

Diante do domínio de alguém com mais força e contrário a seus interesses, o sujeito mente e sua mentira caracteriza-se como uma ação política que desafia a dominação e muitas vezes, a ridiculariza.

Quando um trabalhador mente porque faltou ao serviço, estamos diante de uma ação política cujo objetivo é exercer sua liberdade em contraposição à obrigação de ir trabalhar. Da mesma maneira, quando os alunos numa sala de aula “criam” um curto-circuito no ventilador, estamos diante de uma ação política cujo objetivo é evitar a obrigação de assistir aulas, muitas vezes desinteressantes.

Mas a dúvida que se coloca é quanto à possibilidade desta ação, o ato de mentir, ser capaz de transformar a realidade ou de alimentar uma contra-hegemonia ideológica. Os casos aqui relatados demonstram que o uso da mentira não transforma a realidade. Ao contrário, apesar de enganar os agentes da ordem utilizando-se do discurso oficial, os mentirosos a reproduzem. É verdade que alcançam vitórias, mas elas de maneira nenhuma significam o fim da dominação. Suas vitórias são sobre um agente que personifica a dominação e, para que elas ocorram, o “mentiroso” deve reafirmar sua posição de subalterno.

Apesar da mentira reproduzir a própria dominação, aquele que mente nem sempre é capaz de verbalizar sua ação da maneira como aqui foi apresentado, como uma estratégia

de resistência ao domínio. Portanto, estamos diante de uma ação social na qual ambos elementos dialogam constantemente. Por um lado, o uso da mentira funciona como uma estratégia de resistência, certamente limitada e, por outro, ao resistir reproduz o próprio domínio.

As conclusões a que aqui chegamos estão de acordo com as de Karl Monsma, quando este afirma que Scott trata a estrutura da dominação como algo exterior aos atores e assim desconsidera a participação dos mesmos na reprodução da dominação (Monsma,2000:104).

Para Monsma, é a ação e a interação humana que produzem a estrutura da dominação. Portanto, o discurso público dos subalternos (mentiras) também ajuda a contruir a dominação. *“A realização de determinada estrutura de interação com os poderosos tende a reproduzir essa estrutura, mesmo quando os subalternos a manipulam para ganhar melhorias na sua condição” (ibid.:105).*

Outra crítica levantada por ele ao trabalho de Scott, e que merece atenção, é a idéia de que os dominados manipulam racionalmente os códigos culturais para produzir sua resistência. Como ele afirma, muitas vezes os dominados são capazes de agir mas não de verbalizar sua ação de modo consciente, *“não formulam pensamentos explicitando todas essas ações, e nem saberiam explicar muito do que fazem”.*

Ao fundamentar suas críticas, Monsma utiliza-se do trabalho de Lilá Abu-lughod (Abu-lughod,1996), que também foi utilizado por Scott. Neste trabalho sobre as mulheres beduínas egípcias, Abu-lughod descobriu que havia um “discurso oculto” entre elas e que servia para limitar os maltratos dos homens. Essa constatação estava de acordo com as propostas de Scott, porém, esse “discurso oculto” não se constituía enquanto uma contra-ideologia à dominação masculina, uma vez que elas compartilhavam com os homens “a

preocupação com a honra da patrilinearidade, só que (elas) ganham o prestígio e a honra individuais de uma maneira diferente dos homens, principalmente por meio da deferência voluntária e do controle das paixões e das necessidades do corpo, atitudes que reforçam o poder dos patriarcas da linhagem”(ibid.:106). Através deste estudo, o autor demonstrou como o discurso oculto das mulheres beduínas não era contra-ideológico à dominação masculina, ao contrário, a reforçava.

Apesar das diferenças aqui apresentadas entre o trabalho de James C. Scott e as conclusões que aqui chegamos, não podemos deixar de perceber que a vida política dos grupos subordinados não termina ou começa em sindicatos ou partidos. Há certamente uma política cotidiana que muitas vezes não reconhecemos como política.

A oposição aberta ainda hoje é limitada a grupos organizados, com poder de luta, mas entre aqueles que reconhecidamente estão à margem da luta política aberta, resta resistir com as armas de que dispõem. *“Sem declarar explicitamente seus fins, a infrapolítica possui uma lógica na qual todas as ações políticas adotam formas de obscurecer suas intenções ou para ocultar-se por trás de um significado aparente”* (Scott,:235).

As observações apresentadas no início deste trabalho a respeito do uso da mentira ao longo da história colocam em evidência a possibilidade de pensarmos o uso da mentira enquanto arma capaz de transformação social.

Durante a Reforma, Calvino afirmou que caso os apóstolos tivessem dissimulado sua fé após a morte de Cristo, certamente o cristianismo não teria existido. Por isso, ele exige que todos os protestantes afirmem publicamente sua fé, mesmo que corra risco de vida.

Seu pensamento é válido para pensarmos a mentira enquanto estratégia de resistência à dominação. Se todos aqueles que se encontram numa situação de dominação involuntária se recusarem à luta aberta devido às conseqüências que isso possa acarretar, certamente eles apenas obterão vitórias localizadas e a estrutura da dominação permanecerá a mesma. Todavia, isso não significa de maneira alguma que esses sujeitos não sintam as conseqüências do domínio e, por isso, não formulem idéias com o objetivo de transformá-lo. Esses autores tratam do problema sob o risco de morte devido à guerra religiosa. Em nosso caso, falamos de uma cultura da mentira enquanto produto de uma sociedade autoritária.

Bibliografia

ALMEIDA, Manuel Antonio de, **Memórias de um sargento de milícias**, São Paulo, Núcleo, 1992.

ANDRADE, Mario, Macunaíma, o herói sem nenhum caráter, São Paulo, Martins, 1977.

ATHAYDE, João Martins de, **As proezas de João Grilo**, Juazeiro do Norte Tipografia São Francisco, s.d.

BARNES, J.A, **Um monte de mentiras: Para uma sociologia da mentira**, Campinas, Papyrus, 1996.

BARROS, Leandro Gomes de, **Vida e Testamento de Cancão de Fogo**, São Paulo, Editora Luzeiro,s.d.

BECKER, Howard S., **Uma teoria da ação coletiva**, Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

BERGER, Peter, "*Socialização: como ser um membro da sociedade*" In, Martins, José de Souza & Forachi, Marialice Mencarini, **Sociologia e sociedade**, Rio de Janeiro, LTC,1981.

BÍBLIA, São Paulo, Centro Bíblico Católico,1979.

BOURDIEU, Pierre, **O Poder Simbólico**, 3º edição, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.

BOURDIEU, Pierre, **Outline of a Theory of Practice**, Cambridge, Cambridge University Press, 1977.

CARNEIRO, Glauco, **História das revoluções brasileiras**, Rio de Janeiro, Record, 1989.

CHAUI, Marilena de Souza, **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**, São Paulo, Brasiliense, 1989.

COLLODI, Carlo, **As aventuras de Pinóquio**, São Paulo, Companhia das Letras, 2002.

DA MATTA, Roberto, **O que faz o Brasil, Brasil?**, Rio de Janeiro, Rocco, 2001.

DA MATTA, Roberto, **Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro**, Rio de Janeiro, Rocco, 1997, 6ª edição.

DURKHEIM, Emile, **Lições de sociologia: a moral, o direito e o Estado**, São Paulo, T. A. Queiroz, 1983.

FOUCAULT, Michel, **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**, Petrópolis, Vozes, 1987, 14ª edição.

FOUCAULT, Michel, **Microfísica do poder**, Rio de Janeiro, Graal, 1979.

GEERTZ, Clifford, **A interpretação das culturas**, Rio de Janeiro, LTC, 1989.

GOFFMAN, Erving, **A representação do eu na vida cotidiana**, Petrópolis, Vozes, 1985, 7ª edição.

GOFFMAN, Erving, **Manicomios, prisões e conventos**, São Paulo, Perspectiva, 1998.

GOFFMAN, Erving, **Ritual de la Interacción**, Buenos Aires, Editorial Tiempo Contemporáneo, 1970.

GREGORI, Maria Filomena, **Viração: experiências de meninos de rua**, São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

GIDDENS, Anthony, **As conseqüências da modernidade**, São Paulo. Editora Unesp, 1991.

HELLER, Agnes, **O cotidiano e a história**, São Pulo, Paz e Terra, 2000, 6ª edição.

HELLER, Agnes, **The Power of Shame**, London, Routledge & Kegan Paul, 1985.

LEFEBVRE. Henri, **A vida cotidiana no mundo moderno**, São Paulo, Ática, 1991.

MARTINS, José de Souza, **Militarização da questão agrária no Brasil**, Petrópolis, Vozes, 1985, 2ª edição.

MARTINS, José de Souza, **Capitalismo e tradicionalismo**, São Paulo, Pioneira, 1972.

MARTINS, José de Souza, **A sociabilidade do homem simples**, São Paulo, Hucitec, 2000.

MARTINS, José de Souza, **Reforma Agraria: o impossível diálogo**, São Paulo, Edusp, 2000.

MEAD, George, **Espiritu, persona y sociedad**, Buenos Aires, Paidós, 1953.

MELLO E SOUZA, Antonio Cândido, “*Dialética da malandragem*”, IN: **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, No. 7, São Paulo, USP, 1969.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido, **Literatura e Sociedade**, São Paulo, Publifolha, 2000.

MERTON, Robert, **Sociologia, teoria e Estrutura**, Mestre Jou, 1970

MEZAN, Renato, **A sombra de Don Juan**, São Paulo, Brasiliense, 1993

MONSMA, Karl, “*James Scott e a resistência cotidiana no campo: uma avaliação crítica*” In: *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, ANPOCS, N° 49, 2000.

NOBRE, João Damasceno, **O quengo de Pedro Malazarte no Fazendeiro**, São Paulo, Editora Luzeiro, s.d.

PIAGET, Jean, **Le jugement moral chez l'enfant**, Paris, Felix Lacan, 1932

RAMOS, Graciliano, **Alexandre e outros heróis**, [pós-fácio de Osmar Lins] Rio de Janeiro, Record, 1997.

SCHUTZ, Alfred, **Fenomenologia e relações sociais**, Org.: Wagner, Helmut R., Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

SCOTT, James C. **Los Dominados y el Arte de la Resistencia: discursos ocultos**, Mexico, Ediciones ERA, 2000

SCHWARZ, Roberto, **Ao vencedor as Batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro**, São Paulo, Duas Cidades, 1988.

REIS, Leticia Vidor de Souza, **Negras Imagens Ensaio sobre a cultura e Escravidão no Brasil**, São Paulo, Edusp, 1996.

SACKS, Harvey et alli, **Sociologias de la Situación**, Madrid, Ees Endymion, 2000.

SILVA, Manoel Caboclo e, **As aventuras de Pedro Malazarte**, Juazeiro do Norte, s.d.

SILVA, João, José da, **As presepadas de Pedro Malazarte**, s.e., s.d.

SILVA, Expedito Sebastião da, **As diabruras de Pedro Malazartes**

SIMMEL, Georg, **Sociologia 1: estudos sobre las formas de socialización**, Madrid, Alianza Editorial, 1986.

SUASSUNA, Ariano, **Auto da Compadecida**, Rio de Janeiro, Agir, 2001.

TEDESCO, João Carlos, **Paradigmas do Cotidiano: introdução à constituição de um campo de análise social**, Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1999.

TERRA, Ruth Brito Lemos, **Memória de Lutas: Literatura de folhetos do Nordeste (1823/1930)**, São Paulo, Global, 1983

VELHO, Gilberto, **Desvio e Divergência: uma crítica da patologia social**, 7ª edição, Rio de Janeiro, 1999.

WEBER, Max, **Economía y sociedad: esbozo de sociología comprensiva**, México, Fondo de cultura económica, [1964].

ZAGORIN, Peres, “The Historical Significance of Lying and Dissimulation”, In: **Social Research**, New York, New School for Social Research, No. 3, Vol. 63, 1996.